

PALOMA PETRY

PROJEÇÃO DE PRESSUPOSIÇÃO DO VERBO ASPECTUAL *PARAR* EM
SENTENÇAS NEGATIVAS: UMA SOLUÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

PORTO ALEGRE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: GRAMÁTICA E SIGNIFICAÇÃO

**PROJEÇÃO DE PRESSUPOSIÇÃO DO VERBO ASPECTUAL *PARAR* EM
SENTENÇAS NEGATIVAS: UMA SOLUÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA**

PALOMA PETRY

Orientador: Prof. Dr. Marcos Goldnadel

Dissertação de mestrado em Gramática e Significação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Petry, Paloma
PROJEÇÃO DE PRESSUPOSIÇÃO DO VERBO ASPECTUAL PARAR
EM SENTENÇAS NEGATIVAS: UMA SOLUÇÃO
SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA / Paloma Petry. -- 2019.
95 f.
Orientador: Marcos Goldnadel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Pressuposição. 2. Negação. 3. Verbos aspectuais.
4. Tempo Tópico. I. Goldnadel, Marcos, orient. II.
Título.

Paloma Petry

PROJEÇÃO DE PRESSUPOSIÇÃO DO VERBO ASPECTUAL *PARAR* EM
SENTENÇAS NEGATIVAS: UMA SOLUÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

Dissertação de mestrado em
Gramática e Significação apresentada
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 30 de agosto de 2019

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Luisandro Mendes de Souza
Departamento de Literatura e Linguística
Universidade Federal do Paraná

Marcelo Barra Ferreira
Departamento de Linguística
Universidade de São Paulo

Sérgio de Moura Menuzzi
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente à CAPES por ter me concedido a bolsa que contribuiu para a realização deste trabalho; ao meu orientador, Marcos Goldnadel, por ter me proposto um tema tão desafiador, por ter acreditado na minha capacidade, e por ter me ajudado e me apoiado ao longo de todo o processo; à minha família, pelo apoio incondicional; à Julia e à Eliza, pelo apoio emocional e por sempre me ouvirem nos momentos de maior dificuldade; às “corredoras”, Patrícia, Sara e Rossana, por terem compartilhado desta fase do mestrado comigo e por entenderem; e à Raquel, pelo auxílio com a literatura, pelas longas discussões que me proporcionaram maior esclarecimento em relação à proposta que eu tentei desenvolver nesta dissertação, e por ser uma grande amiga.

RESUMO

Pressuposição, na atualidade, continua sendo um dos fenômenos pragmáticos mais discutidos. A maioria dos trabalhos desenvolvidos nessa área ao longo da última década dedica-se a resolver o problema da projeção de pressuposições, procurando propor uma solução conversacional que dê conta desse problema. Algumas das questões mais estudadas estão relacionadas aos gatilhos pressuposicionais leves, em especial, a verbos aspectuais e verbos de *achievement*. No entanto, na maior parte dos casos, esses trabalhos se deparam com dificuldades na hora de descrever como ocorre a projeção quando o gatilho se trata de um verbo aspectual, especialmente em enunciados negativos. Para superar essa dificuldade, muitos dos modelos de análise propostos apelam para soluções *ad hoc*, resolvendo o problema descritivo à custa de suposições improváveis do ponto de vista explanatório. Este trabalho apresenta uma nova proposta para o problema da projeção de pressuposição com o verbo aspectual *parar* em enunciados negativos, tomando por base o modelo de Klein (1994) e o conceito de Tempo Tópico. Essa proposta baseia-se na ideia de que o recorte temporal que fazemos ao proferirmos um enunciado é o que está sob o escopo da negação. Dessa forma, qualquer evento que não seja vinculado a esse recorte temporal, o Tempo Tópico, não pode ser acessado pela negação e, portanto, não pode ser negado. Essa solução descreve, por meio de suposições semânticas e pragmáticas como a pressuposição se projeta em enunciados negativos.

Palavras-chave: pressuposição; negação; verbos aspectuais; tempo tópico; conteúdos lexicais.

ABSTRACT

Presupposition is currently still one of the most discussed pragmatic phenomena. Most studies developed in this area throughout the last decade have been dedicated to solving the problem of presupposition projection, seeking to propose a conversational solution for the problem. Some of the most debated questions in the area are related to soft presuppositional triggers, mainly aspectual and achievement verbs. However, in most cases, these studies face a lot of difficulties when it comes to aspectual verbs, mainly in negative sentences. To try and overcome this problem, many of these studies end up resorting to *ad hoc* solutions with the purpose of presenting a consistent solution, which, in turn, distances these proposals from a conversational explanation. This paper presents a new proposal for the problem of presupposition projection in negative sentences with the aspectual verb *parar*, based on Klein (1994) and his topic time concept. This proposal assumes that there is a temporal frame we use when we utter a sentence that is under the negation scope. Thus, any event which is not bound to this temporal frame, the topic time, cannot be negated. This solution makes it possible to explain, through an interface between Semantics and Pragmatics and under a conversational bias in terms of contexts in which a conversation is held, how presupposition projects, even in negative sentences.

Keywords: presupposition; negation; aspectual verbs; topic time; lexical contents.

LISTA DE SIGLAS

INF	Componente não-finito
FIN	Componente finito
TT	Tempo Tópico
TU	<i>Time of Utterance</i> (Tempo de Fala)
TSit	Tempo da Situação
SS	<i>Source State</i>
TS	<i>Target State</i>

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROPOSTAS VIGENTES PARA O PROBLEMA DA PRESSUPOSIÇÃO EM ENUNCIADOS NEGATIVOS	18
1.1 A PROPOSTA DE ABUSCH (2002)	18
1.1.1 Problemas e lacunas na proposta de Abusch (2002)	19
1.2 A PROPOSTA DE ROMOLI (2015).....	20
1.2.1 Problemas e lacunas na proposta de Romoli (2015)	24
1.3 A PROPOSTA DE GOLDNADEL (2017).....	25
1.3.1 Problemas e lacunas na proposta de Goldnadel (2017)	27
2 A CODIFICAÇÃO DO TEMPO EM KLEIN (1994)	29
2.1 CONTEÚDOS LEXICAIS DE ESTADO 0	33
2.2 CONTEÚDOS LEXICAIS DE 1 ESTADO	35
2.3 CONTEÚDOS LEXICAIS DE 2 ESTADOS	39
2.4 CONTEÚDOS LEXICAIS COMPLEXOS	49
3 A NEGAÇÃO EM KLEIN (1994)	60
3.1 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE ESTADO 0	60
3.2 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE 1 ESTADO	61
3.3 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE 2 ESTADOS	65
3.4 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS COMPLEXOS	70
4 SOLUÇÃO PARA O VERBO “PARAR”	74
4.1 A NEGAÇÃO DO VERBO “PARAR”	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

A visão mais comum sobre o fenômeno da pressuposição linguística é aquela que a considera conteúdo mutuamente compartilhado, disparado pela ocorrência de determinados recursos formais em enunciados. Embora o debate sobre seu comportamento e suas propriedades tenha revelado ser um fenômeno de difícil análise, falantes comuns são capazes de apresentar uma definição para o fenômeno que se aproxima, em grande medida, daquilo que Stalnaker (1974) identificou como pressuposição do falante, fundamento para um conjunto significativo de análises de índole pragmática para a pressuposição linguística. Por exemplo, um professor que, no início do ano letivo, pergunta aos seus alunos em que parte da matéria eles pararam no ano anterior quer, na verdade, saber com que conhecimentos pode contar para dar continuidade ao ensino. Através da resposta dada pelos alunos, é possível que o professor *pressuponha* certos conteúdos, que serão necessários para o ano que está começando (GOLDNADEL, 2004). Ou seja, ao responder ao professor, os alunos garantem que certos conteúdos integrem o conjunto de pressuposições dos falantes.

Frege, em 1892, já faz uma alusão ao fenômeno ao sugerir que a interpretação da sentença *Kepler morreu na miséria* depende de que o nome *Kepler* faça referência a uma entidade. Nessa perspectiva, a atribuição de um valor-de-verdade para a sentença depende da verdade da existência de uma entidade que corresponda ao nome *Kepler*. Essa pressuposição de existência estaria associada a sentenças afirmativas e negativas.

Pouco tempo mais tarde, Russell (1905) decide abordar o mesmo tema, dessa vez analisando a negação no seguinte enunciado:

(1) O rei da França não é calvo.

Em relação a esse exemplo, o autor chama a atenção para o fato de que, assim como já apontado por Frege (1892) para sentenças com nomes próprios, descrições definidas (e.g. ‘o rei da França’) indicam a existência da entidade referida, mesmo em enunciados negativos. No entanto, Russell (1905) assume um ponto de vista distinto quando é a descrição definida que carece de um referente, como em (1). Para dar conta de casos como esse, o autor propõe que, nesse enunciado, existe uma ambiguidade, e que (1) pode ter umas das duas leituras a seguir:

(1a) $(\exists x)((Rfx) \& (\forall y)(Rfy \rightarrow y=x) \& \neg Cx)$

(1b) $\neg (\exists x)((Rfx) \& (\forall y)(Rfy \rightarrow y=x) \& Cx)$

Como podemos ver, (1) pode veicular duas leituras. Em (1a), a negação tem escopo sobre a predicação no último conjunto da conjunção, o que faz dela uma negação de predicado. Fora de contexto, (1) tem como leitura preferencial (1a), que justamente afirma a existência de uma entidade que seja rei da França e nega que a propriedade de ser careca possa ser vinculada a essa entidade. Em (1b), no entanto, a negação tem escopo sobre o quantificador existencial, o que faz com que seja uma negação de proposição. Essa leitura permite uma interpretação consistente de (2), já que a primeira oração só pode ter a leitura em (1b):

(2) O rei da França não é calvo, porque não existe um rei da França.

Entretanto, apesar da proposta de Russell (1905) prever uma solução para que não haja contradição dentro dos próprios enunciados, como no caso de (2), o autor não explica o motivo para a leitura preferencial de (1) ser (1a).

Strawson (1950), no entanto, discorda firmemente de Russell (1905) com relação à verdade ou falsidade das sentenças. Isso porque, para Strawson (1950), o que deve ser julgado por seu valor-de-verdade é a sentença proferida em um determinado contexto, ou seja, a *asserção*. Para o autor, a mesma sentença pode ser proferida diversas vezes, mas a cada vez, a depender de seu contexto, ela será verdadeira ou falsa¹. Portanto, (1), por exemplo, pode ter um valor de verdade diferente, a depender do momento em que é asseverada. Além disso, Strawson (1950) considera o fenômeno da pressuposição uma relação entre proposições, ou seja, só é possível que uma proposição que veicule uma pressuposição tenha valor de verdade se a proposição pressuposta for verdadeira. Sendo assim, (1) só poderá ter um valor-de-verdade quando for proferida dentro de um contexto em que a França é uma monarquia. Isso dá conta de explicar, portanto, porque (1) parece anômala em tempos atuais, em que a França é uma república.

No entanto, diferentemente de Russell (1905), Strawson (1950) não dá conta de explicar, com sua proposta, porque (2) é tão naturalmente aceita. De acordo com o autor,

¹ Na verdade, cada proferimento da sentença pode, a depender do momento, expressar uma proposição distinta.

sentenças como (2) também deveriam ser consideradas anômalas, já que não se pode atribuir um valor-de-verdade à primeira oração do enunciado. É a partir desse problema enfrentado pela proposta de Strawson (1950) que alguns autores passam a tratar os problemas relacionados a pressuposições com o auxílio de lógicas não bivalentes.

É apenas na década de 70, em especial com Stalnaker (1974), que a pressuposição passa a ter um viés distintamente pragmático. Em seu artigo, o autor propõe que há duas possibilidades para a natureza do surgimento das pressuposições: convencional ou conversacional. Ainda que Stalnaker (1974) estivesse mais preocupado em defender a análise pragmática da pressuposição do que em identificar sua natureza *per se*, grande parte de seus argumentos para defender o fenômeno da pressuposição como pragmático derivam de considerações quanto ao caráter conversacional do fenômeno. Ainda assim, muitos autores que o seguiram, dentre eles Karttunen e Peters (1979), Gazdar (1979), Soames (1982), Sandt (1992) e Geurts (1999), acabaram por considerar a natureza da pressuposição como convencional, o que implica em associar a pressuposição convencionalmente a *gatilhos pressuposicionais*.

Os gatilhos pressuposicionais são expressões lexicais que viabilizam a projeção da pressuposição. Levinson (1983) reúne uma lista com diversos gatilhos, que podem ser separados por categorias. Dentre eles, temos os verbos factivos, as expressões iterativas, verbos de *achievement* e verbos aspectuais. Dessa forma, dentro da visão dos convencionalistas, esses gatilhos veiculam idealmente (convencionalmente) determinadas pressuposições, mesmo que elas venham a ser eliminadas ao longo do processo composicional de formação do sentido total do enunciado.

A partir do ano 2000, alguns autores começam a questionar a natureza convencional dos gatilhos e passam a elaborar modelos teóricos que buscam identificar que mecanismos conversacionais poderiam explicar o surgimento de pressuposições. Entre esses artigos, Simons (2001) teve grande importância, por chamar a atenção para o fato de que pressuposições apresentam marcas registradas de fenômenos conversacionais, sendo elas: anulabilidade contextual; não-destacabilidade; e projeção sem pressuposição.

A anulabilidade contextual é a possibilidade de cancelar uma pressuposição em um contexto de ignorância explícita, ou seja, quando é possível cancelar uma pressuposição em um contexto “[...] em que fique claro para o interlocutor que o falante é ignorante em relação à proposição que normalmente seria pressuposta” (SIMONS, 2001, p. 2). Um exemplo clássico que Simons propõe para anulabilidade contextual é retirado de Geurts (1994 apud

SIMONS, 2001), em que um paciente vai a uma consulta médica com um médico desconhecido e o médico, sem ter conhecimento do histórico do paciente, pergunta:

(3) Eu percebi que você fica mordendo o lápis. Você parou de fumar recentemente?

Nesse caso, é impossível que o médico tenha pressuposto que o paciente fumava, já que, até o momento do paciente entrar no consultório, o médico não o conhecia nem tinha conhecimento do seu histórico. Assim, caso o paciente viesse a responder que não, porque, de fato, nunca fumou, não haveria cancelamento de pressuposição.

Já a não-destacabilidade é um conceito proposto por Grice (1967 apud SIMONS, 2001) para definir implicaturas conversacionais, no sentido de que uma implicatura conversacional não pode ser “destacada” do conteúdo de qualquer sentença que a produz porque não há um item lexical específico que a expresse, ou seja, se uma sentença é proferida em um contexto conversacional com um conteúdo X que produz uma implicatura Y, então não importa a forma da sentença que expressa esse conteúdo, pois a implicatura será mantida enquanto o mesmo conteúdo for expresso. Para exemplificar e melhor entender a não-destacabilidade, vejamos um contexto adaptado de Simons (2001, p. 5):

(4) Jane: Você quer sair pra tomar alguma coisa?

Julia: Preciso terminar um trabalho para a faculdade.

Nesse contexto, podemos verificar que o que Julia está querendo dizer é que não pode sair. No entanto, se ela tivesse respondido “Tenho que terminar um trabalho” ou “Tenho um trabalho para entregar”, o conteúdo continuaria sendo o mesmo dentro daquele contexto conversacional, ou seja, a implicatura se mantém. Pressuposições apresentam essa mesma propriedade. Uma vez veiculada uma pressuposição, não existe forma sinônima que não a veicule. Sendo assim, ao proferir “Pedro caiu de novo”, o falante veicula a mesma pressuposição que seria veiculada pelo proferimento da proposição “Pedro caiu novamente”.

Por fim, a projeção sem pressuposição trata-se de casos em que parece que há uma inferência pressuposicional, mesmo quando não há gatilho. O exemplo a seguir representa um desses casos, com o verbo *votar* (que não é gatilho), adaptado de Simons (2001, p. 7):

(5) João não votou no Ciro Gomes.

Imaginemos um contexto em que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o voto não fosse obrigatório. Nesse contexto, seria possível concluir que, se o falante enuncia que João não votou no Ciro, é porque o falante acredita que João votou (em alguém). No entanto, de acordo com Simons (2001), nesse caso há uma implicatura, não uma pressuposição, já que seria paradoxal dizer que o verbo *votar* pressupõe a si mesmo. Além disso, seria possível, talvez, admitir que a sentença *João não votou no Ciro Gomes* pressuponha que João votou, no caso de se admitir que o gatilho é *votar no Ciro Gomes*, mas Simons (2001) argumenta que esse não poderia ser o caso, já que essa expressão não possui uma entrada lexical e não forma uma regra de construção específica. Ainda assim, há divergências quanto a essa última evidência proposta por Simons (2001). Entretanto, apesar de algumas lacunas na proposta de Simons (2001), os argumentos apresentados pela autora como suporte para a ideia de que pressuposição linguística seja fenômeno de natureza conversacional tiveram algum impacto na comunidade acadêmica e parecem ter estimulado uma leva de trabalhos que passaram a explorar essa possibilidade.

Pouco tempo depois do artigo de Simons (2001), Abusch (2002) entra para o quadro de autores conversacionalistas e propõe uma classificação para os tipos de gatilhos possíveis com base em Simons (2001) e Stalnaker (1974), dividindo-os entre gatilhos leves e pesados. A diferença entre eles, de acordo com a autora, é de que os gatilhos leves são pressuposições pragmáticas, pois são facilmente canceláveis e dependentes de contexto linguístico e extralinguístico, enquanto gatilhos pesados codificam pressuposições semânticas em seus valores semânticos. Alguns exemplos de gatilhos leves são verbos de *achievement*, aspectuais e factivos, enquanto que os gatilhos pesados seriam itens lexicais como “também” e “de novo”, e orações clivadas. Vejamos alguns exemplos:

Gatilhos leves:

(6) A Ana fechou a janela.

>> A janela estava aberta.

(7) João começou a correr.

>> João não corria.

(8) Maria sabe que Pedro a trai.

>> Pedro a trai.

Gatilhos pesados:

(9) João comeu uma maçã também.

>> Alguém além de João comeu uma maçã.

(10) Pedro alugou “Senhor dos Anéis” de novo.

>> Pedro já alugou “Senhor dos Anéis” antes.

(11) Foi Maria que tirou nota máxima na prova.

>> Alguém tirou nota máxima na prova.

Como podemos ver, os exemplos mostram que todos os enunciados projetam uma pressuposição. No entanto, como também podemos ver, algumas podem ser anuladas a depender do contexto em que são colocadas, enquanto outras não. Por exemplo, se negarmos (6), a pressuposição se mantém, mas se adicionarmos uma continuação, podemos facilmente cancelar a pressuposição:

(6_N) A Ana não fechou a janela.

>> A janela estava aberta.

(6_N') A Ana não fechou a janela porque a janela já estava fechada.

No entanto, se aplicarmos o mesmo teste a (11), geraremos um enunciado com menor aceitação, como podemos conferir abaixo:

(11_N) Não foi Maria que tirou a nota mais alta na prova.

>> Alguém tirou a nota mais alta na prova.

??(11_N') Não foi Maria que tirou a nota mais alta na prova porque ninguém tirou a nota mais alta na prova.

Essa divisão entre os tipos de gatilhos torna-se muito popular e passa a ser usada nos estudos de pressuposição seguintes.

A partir do século XXI, então, em especial com base nos trabalhos de Simons (2001) e Abusch (2002), os trabalhos na área de pressuposição deixam de se ocupar apenas com o problema descritivo da projeção de pressuposições, associando a ele o problema explanatório de explicar sua origem. Sendo assim, surgem trabalhos dedicados a refletir sobre a fonte das inferências pressuposicionais, resistentes a um grupo de contextos linguísticos. Nesse grupo encontram-se orações afirmativas, negativas, interrogativas, condicionais e de possibilidade, como podemos ver com os exemplos a seguir:

- (12) João parou de fumar.
- (13) João não parou de fumar.
- (14) João parou de fumar?
- (15) Se João parou de fumar, sua saúde vai melhorar.
- (16) Talvez João tenha parado de fumar.

Nas sentenças (12)-(16), temos o verbo aspectual *parar*, que é considerado um veiculador de pressuposição, ou seja, um gatilho. A partir dessas sentenças podemos pressupor que João fumava. Diversos autores (GOLDNADEL, 2004; ROMOLI, 2015; ABRUSÁN, 2011; ABUSCH, 2002) vêm tentando explicar a projeção desse tipo de gatilho, sendo os contextos de negação e de condicional os mais estudados atualmente. No entanto, chegar a uma solução totalmente conversacional para contextos de negação não se mostra uma tarefa fácil. Romoli (2015) e Abusch (2002) são alguns dos autores que, apesar de defenderem uma abordagem conversacionalista para a pressuposição, acabam precisando apelar para muitos mecanismos estipulativos, aproximando-se muito, com essa prática, das soluções convencionalistas.

Por esse motivo, considerando o nível de dificuldade de elaborar uma solução totalmente conversacional para o problema da projeção de pressuposição em enunciados negativos, em especial com o gatilho *parar*, esta dissertação propõe-se a fazer exatamente isso. É importante notar, no entanto, que, apesar de se ter padronizado o uso do termo “conversacional” para abordagens neogriceanas, essa dissertação faz uso do termo de forma mais ampla, no sentido de uma explicação conversacional que se dá baseada na conversação. Ou seja, ainda que essa dissertação não tenha uma abordagem neogriceana, entende-se que a mesma se propõe a uma solução conversacional em termos de explicar como a projeção de pressuposição ocorre dentro de um contexto de conversação, não estabelecendo nenhum tipo de solução *ad hoc* ou que associe convencionalmente a pressuposição a um gatilho.

Para tanto, esse trabalho começa trazendo justamente as propostas conversacionalistas de autores que lidam com o contexto da negação, sendo eles: Abusch (2002), Romoli (2015) e Goldnadel (2017). Como já mencionado, alguns desses trabalhos não conseguem fugir de uma explicação em parte convencional, por isso esses problemas serão apontados após a apresentação de cada uma das propostas.

No segundo capítulo será feita a apresentação da proposta de Klein (1994) para a codificação do tempo na linguagem, onde serão discutidos os conceitos de Tempo de Fala (TU), Tempo da Situação (TSit) e Tempo Tópico (TT) e como eles se relacionam com conteúdos lexicais e entre si. Em seguida, após termos feito uma análise de todos os quatro tipos de conteúdos lexicais propostos por Klein (1994) no capítulo 2, será apresentada uma análise da negação de cada um dos tipos de conteúdo lexical e de como a negação se relaciona com o tempo expresso pela linguagem.

No quarto capítulo será feita a análise do verbo aspectual *parar* de acordo com o conteúdo visto nos capítulos 2 e 3, onde a proposta para o problema da projeção desse gatilho em contextos de negação será explicada com base na proposta de Klein (1994) para a expressão do tempo pela linguagem. Por fim, teremos as considerações finais.

Este trabalho tem a intenção de contribuir para o entendimento do fenômeno da pressuposição e de como se dá sua projeção em enunciados negativos. Além disso, propomos a fazer uma análise minuciosa dos conceitos propostos por Klein (1994) para melhor entender as relações entre tempo e aspecto e o fenômeno aqui abordado: pressuposições associadas a verbos aspectuais, como *parar*.

1 PROPOSTAS VIGENTES PARA O PROBLEMA DA PRESSUPOSIÇÃO EM ENUNCIADOS NEGATIVOS

Neste capítulo, iremos abordar brevemente três propostas atuais para o problema da pressuposição: a proposta de Abusch (2002), de Romoli (2015) e de Goldnadel (2017). As propostas serão apresentadas de acordo com o postulado por cada autor, e serão apresentados, também, junto com cada proposta, seus problemas.

1.1 A PROPOSTA DE ABUSCH (2002)

Abusch (2002) elabora a hipótese de que a projeção da pressuposição decorre da verdade da disjunção de um conjunto de alternativas que formam uma proposição, ou seja, se todas as alternativas de um conjunto acarretam uma proposição p , a disjunção desse conjunto formará essa proposição p , que será pragmaticamente pressuposta em todas as situações em que a disjunção desse conjunto de alternativas for verdadeira. De acordo com a autora, um verbo como *parar*, por exemplo, produz o seguinte conjunto de alternativas:

(1) Conjunto de ALT de *parar* = {parou de x (em t_1), continuou x (em t_1)}

Dessa forma, ao proferirmos “João parou de fumar”, nós ativamos o conjunto de alternativas do verbo *parar*, cuja disjunção se dá em (2), seguida por uma proposição equivalente a essa disjunção, formada pelo conteúdo comum acarretado pelas alternativas do conjunto.

(2) João parou de fumar (em t_1) \vee João continua fumando (em t_1).
 \equiv João fumava (antes de t_1).

Considerando que ambas as alternativas do conjunto acarretam que “João fumava”, a disjunção desse conjunto, se tomada por verdadeira, deverá pressupor pragmaticamente a proposição acarretada pelas alternativas que é formada por essa disjunção. Ou seja, ao considerarmos que pelo menos uma das alternativas é verdadeira, estamos assumindo a disjunção como verdadeira, o que nos obriga a pressupor pragmaticamente que “João

fumava”, que é a proposição acarretada tanto por “João parou de fumar” quanto por “João continuou fumando”.

1.1.1 Problemas e lacunas na proposta de Abusch (2002)

Como Abusch (2002) mesma aponta, apesar de sua proposta ser de cunho mais pragmático, ela impõe o mesmo nível de restrições que uma proposta de cunho semântico, já que a autora precisa estipular que as alternativas são codificadas lexicalmente. Essa estipulação faz com que sua solução seja um tanto convencionalista, indo contra a proposta de Simons (2001), que diz que a pressuposição é um fenômeno conversacional, i.e. deve ser solucionado conversacionalmente, sem estipulações.

Além disso, devido a essa estipulação quanto às alternativas, não fica claro o que acontece com a negação das proposições que são tidas como alternativas de um conjunto, já que, ainda que as mesmas não *acarretem* a proposição formada pela disjunção das alternativas, elas ainda as pressupõem, como podemos ver em (3) e (4):

(3) João não parou de fumar.

>> João fumava.

(4) João não ganhou a corrida.

>> João participou da corrida.

Ademais, de acordo com Abrusán (2011), ao estipular que as alternativas são codificadas lexicalmente e considerando que as mesmas unicamente definem qual a pressuposição projetada, Abusch (2002) poderia simplesmente estipular as próprias pressuposições, já que o resultado seria basicamente o mesmo.

Seguindo a mesma linha de críticas de Abrusán (2011), apesar de Abusch (2002) pegar itens lexicais com “alternativas óbvias”, como a própria autora aponta, tais como *parar* (ALT: *continuar*) e *ganhar* (ALT: *perder*), no caso do verbo *parar* não parece que a alternativa seja tão óbvia assim, já que outras alternativas para o mesmo verbo poderiam ser *começar* e *voltar*, que não possuem o mesmo conteúdo acarretado que *parar*, o que impede a ativação do conteúdo pressuposto/acarretado pela disjunção das alternativas. Em resumo, o que parece faltar na proposta de Abusch (2002) é uma explicação para a escolha das

alternativas que não seja estipulativa, pois a explicação atual apresenta uma falha grave para uma proposta conversacional para o problema da projeção de pressuposição.

1.2 A PROPOSTA DE ROMOLI (2015)

Seguindo a proposta de Chemla (2009)², Romoli (2015), a partir de sua proposta de 2011, retoma, com algumas alterações, a ideia de que pressuposições devem ser vistas como implicaturas de quantidade escalares. A proposta do autor apela para a intuição de que, assim como nas tradicionais implicaturas escalares, gatilhos pressuposicionais leves também integram escalas de informatividade ordenadas pela relação de acarretamento. Sendo assim, do mesmo modo que (5), (6) também formaria uma escala de informatividade.

(5) < Todos, Alguns >

(6) < Parar (de V), Costumava (V)>

A escala em (5), bastante conhecida na literatura pragmática, com sua contraparte negativa em (7), permite compreender (descrever) as inferências (8b) e (9b), normalmente produzidas pelos enunciados (8a) e (9a).

(7) < Nenhum, Alguns não>

(8a) Alguns alunos compareceram.

(8b) Alguns alunos não compareceram.

(9a) Alguns alunos não compareceram.

(9b) Alguns alunos compareceram.

O modelo de Romoli defende a suposição de que o mesmo mecanismo ocorre com gatilhos leves, como *parar*. Sua solução, aplicada a enunciados negativos como (10a), pretende

² O trabalho de Chemla (2009) não é abordado nesta dissertação justamente por Romoli (2015) propor uma solução baseada na proposta de Chemla (2009). Para uma revisão detalhada do trabalho de Chemla (2009), ver Romoli (2015).

descrever a produção da inferência em (10b), tradicionalmente considerada uma pressuposição do enunciado.

(10a) João não parou de fumar.

(10b) João fumava.

O modelo proposto pelo autor, no entanto, afasta-se da tradição griceana por assumir que a operação pragmática que produz inferências como (10b) não ocorre depois do processamento semântico do enunciado (o que, na perspectiva de Grice produziria o dito). Para Romoli (2015), a produção de conteúdos como o que aparece em (10b) ocorre já no módulo sintático a partir da ação de um operador (invisível) de exaustificação, responsável pela operação de negação de proposições com conteúdos informacionalmente mais fortes que os veiculados pela proposição expressa pela sentença usada. Esse operador conta, para a sua ação, com a determinação de um conjunto de alternativas associadas a um gatilho leve. No caso de *parar*, as alternativas são as presentes em (11).

$$(11) \text{Alt}(\text{parar}) = \{\lambda P\lambda x[\text{parar}(x, P)], \lambda P\lambda x[\text{costumava}(x, P)]\}.$$

Sendo assim, a um enunciado como (12a) estão associadas as alternativas (12b).

(12a) João parou de fumar.

(12b) $\text{Alt}(12a) = \{\text{João parou de fumar}, \text{João costumava fumar}\}.$

Já um enunciado como (10a) conta com as alternativas em (13).

$$(13) \text{Alt}(10a) = \{\text{João não parou de fumar}, \text{João não costumava fumar}\}.$$

No processo de interpretação de um enunciado negativo como (10a), de acordo com a proposta de Romoli, já no nível da sintaxe há a ação do operador de exaustificação, cuja forma geral é apresentada em (14).

$$(14) [[\text{EXH}]] (\text{Alt}(p))(p)(w) = p(w) \wedge \forall q \in \text{Excl}(p, \text{Alt}(p))[\neg q(w)]$$

De acordo com Goldnadel (2017) a fórmula em (14) expressa “a semântica de um operador que toma como argumentos proposições, alternativas de proposições e mundos possíveis e entrega a proposição sobre a qual opera acrescida da negação de todas as alternativas passíveis de exclusão (excludable alternatives)”. O detalhe que não pode ser negligenciado nessa solução é o conceito de alternativas excluíveis. O fato é que, para Romoli (2015), nem todas as alternativas são excluíveis, ou seja, o processo de exaustificação tem acesso apenas a uma parte das alternativas estipuladas – caso contrário, o mecanismo proposto faria previsões incorretas. Por essa razão, Romoli (2015) é obrigado a definir quais são as alternativas excluíveis, ou seja, aquelas que estão efetivamente sujeitas ao processo de exaustificação, que consiste, em sua rejeição (sua negação). Para tanto, propõe o seguinte filtro, responsável por deixar passar apenas as proposições acessáveis pelo operador de exaustificação, ou seja, apenas aquelas que resultam rejeitadas (negadas) no processo de produção do sentido pragmático do enunciado.

$$(15) \text{Excl}(p, \text{Alt}(p)) = \{q \in \text{Alt}(p) : p \not\subseteq q \wedge \neg \exists r [r \in \text{Alt}(p) \wedge \neg q \subseteq r]\}$$

Ainda de acordo com Goldnadel (2017), o filtro em (15) “determina, primeiramente, que só podem ser excluídas (negadas) as alternativas da proposição expressa pelo enunciado que não sejam por ele acarretadas. Uma segunda condição é a que impede que uma alternativa cuja negação acarrete outra alternativa seja excluível”.

Nesse filtro, a primeira condição garante que não podem ser exaustificadas proposições cuja negação seria uma proposição contraditória com a proposição expressa pela própria sentença proferida. Sendo assim, em um enunciado afirmativo como “João parou de fumar”, a proposição que expressa a ideia de “João fumava” (produzida como alternativa) não pode ser negada porque geraria uma contradição (não fumava acarreta não parou). A segunda condição garante que, em enunciados como “João não parou de ou não começou a fumar”, seja produzida uma contradição.

Levando em consideração, agora, o operador de exaustificação e a definição das alternativas passíveis de exclusão, ao aplicarmos o modelo de Romoli (2015) a (12a), precisamos submeter cada uma das alternativas em (12b) ao filtro (15) e, depois disso, exaustificar as que por ele passarem.

(12a) João parou de fumar.

(12b) $\text{Alt}(12a) = \{\text{João parou de fumar}, \text{João costumava fumar}\}$.

A primeira alternativa não é excluível em função da primeira condição do filtro, já que toda proposição acarreta a si mesma. Pela mesma razão a segunda alternativa também não é, já que a proposição expressa pela sentença proferia a acarreta. Como nenhuma das alternativas de (12b) é excluível, o resultado do processo de exaustificação de (12a) é (16).

$$(16) \text{ [[EXH]] } [\mathbf{parou}(j, fumar)] = \mathbf{parou}(j, fumar) \ \& \ \mathbf{costumava}(j, fumar)$$

Vejamos agora como fica a descrição da projeção da pressuposição (10b) do enunciado (10a).

(10a) João não parou de fumar.

(10b) João fumava.

As alternativas de (10a), apresentadas antes em (13), são reapresentadas agora em (17).

$$(17) \text{ Alt}(10a) = \{\text{João não parou de fumar, João não costumava fumar}\}.$$

A primeira alternativa não é excluível por ser uma acarretamento da proposição resultante do proferimento do enunciado. A segunda alternativa não é um acarretamento da proposição resultante do proferimento do enunciado. Além disso, sua negação não acarreta a outra alternativa (o fato de que João costumava fumar não acarreta que ele não tenha parado de fumar). Sendo assim, a segunda alternativa qualifica-se como excluível, podendo ser exaustificada, de modo que resultado do processo de exaustificação de (10a) é (18).

$$(18) \text{ [[EXH]] } [\mathbf{nãoparou}(j, fumar)] = \neg \mathbf{parou}(j, fumar) \ \& \ \neg \neg \mathbf{costumava}(j, fumar) \\ = \neg \mathbf{parou}(m, fumar) \ \wedge \ \mathbf{costumava}(m, fumar)$$

Como se pode ver, o modelo criado por Romoli descreve adequadamente a projeção de pressuposições em enunciados negativos com gatilhos leves.

1.2.1 Problemas e lacunas na proposta de Romoli (2015)

Embora a proposta de Romoli (2015) descreva adequadamente a projeção de pressuposições em enunciados negativos, apresenta alguns problemas na descrição da projeção em enunciados condicionais, conforme admite o próprio autor. Além desse problema descritivo, que os limites deste trabalho impedem abordar, o modelo proposto pelo autor sofre de problemas de caráter explanatório.

O primeiro problema aparente do modelo de Romoli (2015), apontado por Goldnadel (2017), é justamente a base para a projeção das pressuposições: o operador de exaustificação. Ao contrário dos modelos pragmáticos griceanos, o autor propõe que a negação do item mais forte da escala se dá dentro do módulo sintático, com o operador de exaustificação. A partir dele, todo o processo de negação de um elemento mais forte de uma escala se dá em nível sintático. No entanto, como esse operador de exaustificação é diferente de qualquer outra estipulação feita dentro dos modelos convencionalistas?

Outra estipulação do modelo que, carecendo de motivação conversacional, parece apenas uma forma de garantir artificialmente descrições corretas é o filtro que determina que alternativas geradas pelo uso de um gatilho leve são excluíveis. Resta, então, a pergunta: em que medida a estipulação de um tal filtro é melhor que a simples estipulação de que certos itens lexicais estão associados a certas pressuposições?

Um terceiro problema da proposta de Romoli (2015) está relacionado à composição das escalas. O autor afirma que gatilhos leves, como *parar* e *ganhar*, comportam-se dentro de uma escala da mesma forma que o item lexical *algum*. Portanto, as escalas poderiam ser representadas da seguinte forma, com o item mais forte acarretando o item mais fraco:

(19) <todo, algum>

(20) <parar, costumava>

Seguindo a lógica de contraposição, deveríamos ter também as seguintes escalas reversas:

(21) <Nenhum, algum não>

(22) < não costumava, não parou>

Sendo assim, essas escalas devem gerar as seguintes implicaturas:

- (23) a. Alguns participantes não correram.
- b. Alguns participantes correram.
- (24) a. Maria não parou de fumar.
- b. Maria costumava fumar.

Considerando que os itens de uma escala se comportam simetricamente em termos de produção de inferência, deveríamos ter as seguintes implicaturas ao inverso:

- (25) a. Alguns participantes correram.
- b. Alguns participantes não correram.
- (26) a. Maria costumava fumar.
- b. Maria não parou de fumar.

No entanto, qualquer falante pode atestar que (26a) não produz a inferência em (26b). Ao contrário, ao proferir (26a) o falante sugere a negação de (26b), o oposto do previsto por uma abordagem de pressuposições a partir da consideração de escalas. Isso faz com que Romoli (2015) seja forçado a admitir que existe uma diferença de comportamento desses dois tipos de escala: enquanto as tradicionais escalas de Horn são simétricas (MATSUMOTO, 1995) – já que produzem inferências como (23b) e (25b) –, as escalas responsáveis pela produção de pressuposições não o são – já que produzem apenas inferências como (24b), mas não como (26b). Essa diferença de comportamento, por hipótese, depõe contra uma solução que tenta assimilar as tradicionais inferências pressuposicionais a implicaturas conversacionais escalares de quantidade.

1.3 A PROPOSTA DE GOLDNADEL (2017)

Goldnadel (2017) acredita que a solução para o problema da projeção de pressuposição possa ser dada a partir de uma perspectiva completamente conversacional, através da ação das máximas griceanas. Para tanto, faz-se necessário considerar a semântica dos gatilhos e o monitoramento de inconsistências entre estados epistêmicos. Para explicar sua proposta, Goldnadel (2017) usa o verbo *ganhar*, no sentido de vencer, como exemplo.

(27) João ganhou a corrida.

De acordo com o autor, *ganhar* acarreta semanticamente *participar*. Dessa forma, não é possível em (27), por exemplo, que João tenha ganhado a corrida sem ter participado. Isso se deve ao fato de *ganhar* ser um subevento de *participar*, localizado no ponto temporal final do intervalo de tempo em que ocorre o evento de participação. Sendo assim, no caso de João ter invadido o percurso na última volta e ter sido o primeiro a romper a faixa de vitória, ele será desqualificado, pois não é possível afirmar que João ganhou a corrida, já que ele não participou da mesma propriamente.

A partir do que foi exposto até o momento em relação à semântica do verbo *ganhar*, passa-se a considerar que (27) acarreta semanticamente a conjunção em (28):

(28) ganhou(j) & participou(j)

Como já mencionado, a afirmação de *ganhar* acarreta semanticamente *participar*. No entanto, não é possível afirmar o mesmo com relação a (29):

(29) João não ganhou a corrida.

Isso se deve ao fato de que alguém que não tenha ganhado a corrida, possa ainda assim ter participado, mas não necessariamente, o que impede que haja acarretamento semântico quando há a negação do verbo *ganhar*. Ainda assim, a *ideia* de que se alguém não ganhou, ainda assim participou, é forte, devido à projeção do conteúdo do segundo conjunto (participou(j)).

Para tentar explicar essa projeção, Goldnadel (2017) baseia-se em Carston (1998), que afirma que a negação semântica possui escopo amplo, e que a especificidade do termo negado se dá no âmbito da pragmática. A partir de Carston (1998), então, a representação semântica de (29) é dada a seguir:

(30) ¬[ganhou(j) & participou(j)]

Dessa forma, no entanto, a negação é pouco informativa, já que a conjunção da negação de qualquer um dos conjuntos é passível de aceitação.

(31) \neg ganhou(j) & \neg participou(j)

(32) ganhou(j) & \neg participou(j)

(33) \neg ganhou(j) & participou(j)

Por esse motivo, é necessário que uma dessas três formas previstas pela negação de escopo amplo seja considerada *default*, e essa especificidade de escopo é uma operação pragmática, que, de acordo com Goldnadel (2017), pode ser realizada seguindo a ação das máximas griceanas.

Em (31), temos a negação de ambas as partes da conjunção, ou seja, ao afirmarmos “João não ganhou a corrida”, estaríamos afirmando que João não ganhou, nem participou da corrida. O problema dessa interpretação é que ela desrespeita a submáxima de modo, que diz “seja breve”, já que uma forma mais breve e econômica de informar o mesmo conteúdo seria simplesmente afirmar que João não participou da corrida.

Em (32), temos a negação da segunda parte da conjunção, ou seja, ao afirmar “João não ganhou a corrida”, estaríamos afirmando que João ganhou e não participou. Essa afirmação é um tanto problemática pois nos leva a uma contradição, já que, como vimos anteriormente, *ganhar* acarreta semanticamente *participar*, portanto não é possível ganhar sem ter participado. Dessa forma, (32) viola a máxima da qualidade.

Por fim, temos (33), em que negamos apenas a primeira parte da conjunção, de forma que, quando proferimos “João não ganhou a corrida”, afirmamos que João não ganhou a corrida, mas participou dela, que é a negação *default*, pois não viola nenhuma das máximas griceanas. Dessa forma, (33) seria a representação semântica pragmaticamente derivada do enunciado em (29).

1.3.1 Problemas e lacunas na proposta de Goldnadel (2017)

Goldnadel (2017) faz uso da submáxima de modo “seja breve” para justificar a impossibilidade da interpretação de (31). Entretanto, essa submáxima está relacionada à forma do enunciado. Sendo assim, se esse argumento for válido, seria válido, também, afirmar que a negação por si só não é válida, já que, para que seja possível respeitar a submáxima “seja breve”, seria mais adequado afirmar “João perdeu a corrida”, o que pode, mas não é obrigatório, ocorrer. No entanto, esse problema descritivo é facilmente solucionável: ao invés

de argumentar que (31) viola a submáxima de modo “seja breve”, podemos, no lugar, afirmar que (31) viola a máxima da quantidade, já que “João não ganhou a corrida” é menos informativo que “João não participou da corrida”.

Outra questão a ser apontada é a forma como Goldnadel (2017) soluciona o problema da projeção. O autor faz uso das máximas para, através da exclusão das outras possibilidades, mostrar qual a leitura preferida pelo falante, ou seja, o autor mostra por que as outras leituras *não podem* ser a leitura da negação canônica. Essa, no entanto, de forma alguma trata-se de um problema ou de uma crítica. Ainda assim, é interessante tentar propor uma solução que demonstre porque tal leitura *deve* ser a leitura da negação canônica, pois, assim, uma proposta complementar a outra. Por esse motivo, esta dissertação propõe-se a fazer exatamente isso: propor uma solução complementar à solução de Goldnadel (2017), que também se prova de natureza cem por cento conversacional. Entretanto, é importante ressaltar que, ainda que ambas venham a ser complementares, elas não fazem uso do mesmo sistema de análise, como veremos nos capítulos a seguir.

2 A CODIFICAÇÃO DO TEMPO EM KLEIN (1994)

Neste capítulo, será introduzida a teoria de Klein (1994) para a representação do tempo na linguagem. Para tanto, o capítulo começa com uma breve introdução, onde serão apresentados os conceitos principais para o desenvolvimento da teoria. Em seguida, divididas em quatro seções, teremos a análise de cada um dos três tipos de conteúdo lexical proposto por Klein (1994) e, por fim, uma análise da combinação desses conteúdos lexicais.

Klein (1994), em seu livro *Time in Language*, propõe-se a explorar a forma como a linguagem codifica o tempo. Para tanto, o autor define o conceito de *Tempo Tópico* (TT) que, de acordo com ele, se trata do tempo sobre o qual uma asserção é feita. Através desse conceito, o autor mostra como o conteúdo lexical se relaciona com o momento de fala, e, através de uma análise formal, apresenta as relações de *tempo* e *aspecto* existentes na língua.

Para que seja possível entendermos, nos termos de Klein (1994), como a linguagem codifica o tempo, é importante entendermos que um conteúdo lexical possui dois componentes temporais: um componente finito (FIN) e um componente não-finito (INF). De acordo com Klein (1994), INF trata-se de uma descrição (seletiva) de uma determinada situação. Dessa forma, se temos um enunciado como (1) abaixo:

(1) A luz estava acesa.

INF consistirá do sujeito *a luz* e do predicado (não-finito) *estar acesa*. Esse predicado possui características temporais intrínsecas, ou seja, ele descreve uma situação que possui um início, uma duração e um fim. Dificilmente, quando fazemos uma afirmação com esse tipo de predicado, queremos dizer que a luz nunca foi e nunca será desligada. Portanto, o evento denotado pelo proferimento de uma sentença como (1) está temporalmente localizado e possui duração própria, embora esses conteúdos não se encontrem expressos na sentença, não sendo possível prever seu início, duração e fim. Esse tempo intrínseco do evento veiculado pelo conteúdo lexical é definido por Klein (1994) como o *Tempo da Situação* (TSit). O TSit de um enunciado, portanto, é o intervalo de tempo durante o qual perdura a situação por ele denotada. Em sentenças sem adjuntos adverbiais temporais, esse intervalo não se encontra especificado. Sendo assim, TSit é o intervalo de tempo que efetivamente durou o evento denotado pelo enunciado.

O componente finito (FIN) é um pouco mais difícil de definir. Isso porque, a depender do tipo de enunciado, ele pode variar (KLEIN, 1994, p. 3). No entanto, no caso de declarativas, como é o caso dos enunciados que serão analisados nesta dissertação, o conteúdo de FIN é a *asserção* feita pelo enunciado, ou seja, FIN é definido a partir da vinculação de INF ao tempo sobre o qual se está falando, ou, nas palavras de Klein (1994), ao *Tempo Tópico* (TT). O Tempo Tópico, a grosso modo, é aquele que estabelece o intervalo de tempo relevante para a realização da asserção.

Antes de vermos um contexto com (1), um tipo de tempo fica faltando para que seja possível trabalhar com a forma como a linguagem codifica o tempo: o tempo de fala (TU), que trata do momento em que o enunciado é proferido. A forma como TT, TSit e TU se relacionam formam *tempo* (relação TT-TU) e *aspecto* (relação TT-TSit). Tendo essas três formas definidas, vejamos, agora, um contexto com (1):

Contexto de (1): Ana e Maria estão conversando sobre João, seu colega de trabalho. Ana comenta com Maria que João anda fazendo hora extra no trabalho com bastante frequência e que muitas vezes ele fica até muito tarde no escritório. Maria é sempre a última funcionária a sair. Ana pergunta a Maria se ela sabe se João fez hora extra no dia anterior. Maria diz que não tem certeza, mas que passou pelo escritório de João antes de ir embora e:

(1) A luz estava acesa.

Como podemos verificar pelo contexto, TU trata-se do momento em que Ana e Maria estão conversando. TT, no entanto, trata-se do momento, no dia anterior a TU, quando Maria estava saindo do trabalho e verificou a sala de João. Como vimos, *tempo* é definido pela relação entre TT e TU: TT pode ser anterior a TU (passado); igual a TU (presente); ou posterior a TU (futuro). Considerando que o contexto nos impõe que TT é anterior a TU (TT<), então o enunciado deve estar flexionado no passado, como, de fato, é o caso em (1).

Aspecto, por outro lado, é definido, como vimos anteriormente, pela relação entre TT e TSit. Klein (1994) descreve quatro formas em que TT pode estar relacionado a TSit: TT pode conter TSit (perfectivo); TT pode estar contido em TSit (imperfectivo); TT pode estar depois de TSit (perfeito); e TT pode estar antes de TSit (prospectivo). No contexto exposto acima, TSit trata-se do intervalo de tempo em que a luz está acesa. Portanto, em (1), temos o uso do imperfectivo (TT INCLUÍDO EM TSit), ou seja, TT está contido em TSit, já que TSit trata

do intervalo de tempo completo da luz estar acesa e, dentro do contexto, é possível identificar que, em TT, a luz estava acesa antes de Maria verificar a sala de João e, como não é indicado de outra forma, depois de Maria verificar a sala de João. Sendo assim, como TT trata deste intervalo de tempo em que Maria verifica a sala de João, temos TT INCLUÍDO EM TSit, já que a duração de TSit é maior que a duração de TT.

É importante notar também que a relação entre TSit e TU não é expressa pela linguagem³. Por exemplo, dentro desse contexto, pode ser que TSit se estenda para TU, já que a asserção faz referência a um intervalo de tempo dentro de TSit. No entanto, não é possível extrair de (1) em que momento a luz deixou de estar acesa, o que nos mostra como o conceito de TT é fundamental para a codificação do tempo pela linguagem.

Apesar do que vimos até o momento, o tempo não é codificado pela linguagem apenas através da relação TT-TU (*tempo*) e TT-TSit (*aspecto*). Existe, também, a relação de TT com TTs alternativos, quando o evento veiculado por um determinado conteúdo lexical pode não se dar. Esses TTs alternativos podem ser tanto anteriores quanto posteriores ao tempo sobre o qual se está falando. Por exemplo, o TT de (1) é o momento em que Maria passa pela sala de João. Entretanto, existem diversos TTs possíveis, tanto anteriores quanto posteriores, que poderiam ser veiculados por uma asserção, dentre eles TTs em que a luz não está acesa, mas sim desligada. Quando um TT alternativo imediatamente anterior ou posterior está vinculado a um conteúdo em oposição ao conteúdo veiculado por TT (se a luz está acesa em TT, nesse TT alternativo ela está apagada), temos o que Klein (1994) chama de *contraste de TT*, que é o fenômeno que nos permite identificar as fronteiras à esquerda (início) e à direita de TSit. Imaginemos que, ainda dentro do contexto de (1), ao invés de Maria ter respondido apenas com (1), ela tivesse adicionado uma continuação:

(1a) A luz estava acesa. Mas hoje de manhã, quando cheguei no trabalho, ela estava apagada.

Em (1a), temos duas orações e dois TTs diferentes: o primeiro trata-se do momento em que Maria entrou na sala de João na noite anterior; o segundo, no entanto, trata-se do intervalo de tempo, naquela manhã, quando Maria chegou ao trabalho. Como podemos ver, os tempos sobre os quais as orações estão se referindo são diferentes. Da mesma forma, o conteúdo veiculado por elas também é diferente, pois estão em oposição. No entanto, não é necessário

³ João pode, por exemplo, ainda estar na sala com a luz acesa no momento em que Maria profere seu enunciado.

que os conteúdos estejam em oposição para que haja mais de um TT, como podemos ver em (1b), que propõe uma continuação diferente:

(1b) A luz estava acesa. Hoje de manhã, quando cheguei ao trabalho, ela ainda estava acesa.

Em (1b), temos os mesmos TTs de (1a): o primeiro correspondente à noite anterior e o segundo correspondente àquela manhã. Embora fique claro que existem dois TTs nesse enunciado, cada um veiculado por uma oração, o conteúdo permanece o mesmo: a luz estava acesa tanto no primeiro quanto no segundo TT. Portanto, mesmo que os conteúdos vinculados não estejam em oposição, isso não significa que as duas orações se tratam do mesmo TT, muito pelo contrário, já que o próprio enunciado torna explícita a mudança de TT. Sendo assim, é possível haver mais de um TT veiculando o mesmo conteúdo lexical. A diferença, aqui, é que, em princípio, não há contraste de TT. Caso a asserção expressasse um terceiro TT entre os dois veiculados em (1b) quando o evento expresso pelo conteúdo lexical não ocorre, aí ficaria claro um contraste de TT entre o primeiro e o terceiro, e o segundo (luz acesa_{TT1} – luz apagada_{TT2} – luz acesa_{TT3}). No entanto, como esse não é o caso em (1b), pois não é aparente que há um TT alternativo em contraste com os dois explicitados, (1b) não veicula contraste de TT. Dessa forma, fica claro que existem diversos TTs possíveis, anteriores e posteriores ao TT da asserção, que podem ou não estar vinculados a um determinado conteúdo lexical. No entanto, quando há um TT alternativo vinculado a um conteúdo lexical em oposição ao conteúdo lexical veiculado por TT (e.g. luz acesa em TT, luz apagada em TT alternativo), temos, aí, contraste de TT.

O conceito de contraste de TT é importante, pois a partir dele será possível diferenciar entre os diferentes tipos de conteúdo lexical, já que, como mencionado anteriormente, os mesmos possuem um tempo interno e, a depender do conteúdo, esse tempo interno será expresso de uma maneira diferente. Dessa forma, com o conceito de contraste de TT, é possível prever três tipos de conteúdos lexicais:

1. conteúdos lexicais de estado 0, quando não há contraste de TT. Exemplo: *ser filho de, ser brasileiro*;
2. conteúdos lexicais de 1 estado, quando há contraste externo de TT. Exemplo: *estar aceso, dormir, estudar*; e

3. conteúdos lexicais de 2 estados, quando há contraste externo e interno de TT.
Exemplo: *abrir, tirar, parar*.

Nas próximas seções, serão abordados cada um desses tipos de conteúdo lexical, além de uma seção para a combinação de mais de um conteúdo, que serão chamados de conteúdos complexos. O objetivo deste capítulo será formar uma base explanatória que dê conta de analisar como a linguagem codifica o tempo, para que, no próximo capítulo, seja possível analisarmos como tais conteúdos se relacionam com a negação. Começemos, então, com os conteúdos lexicais de estado 0, para depois passarmos para os de 1 e de 2 estados. Por fim, serão apresentados os conteúdos complexos (mais de um conteúdo lexical dentro de uma mesma oração).

2.1 CONTEÚDOS LEXICAIS DE ESTADO 0

Conteúdos lexicais de estado 0 expressam propriedades atemporais de uma entidade – confinadas apenas por sua própria existência – (KLEIN, 1994, p. 188), ou seja, caracterizam-se por não ter fronteiras. Por esse motivo, conteúdos lexicais de estado 0 não possuem, elementarmente, contraste de TT, já que, para haver contraste de TT, é necessário que haja algum TT alternativo quando o conteúdo lexical não se dá. Vejamos o exemplo a seguir:

(2) O livro era em russo.

Em (2), o verbo encontra-se no imperfectivo, portanto TT está necessariamente antes de TU (TT<) e dentro de TSit (TT INCLUÍDO EM TSit). Entretanto, essa forma do verbo não deve ser interpretada como em contraste com o presente no que diz respeito a TSit⁴, ou seja, aqui o pretérito não está indicando que o livro poderia, em um intervalo de tempo posterior, não estar em russo. Por exemplo, TT aqui seleciona uma parte da situação a ser descrita que, nesse caso, encontra-se no passado (TT<), mas se o livro era em russo naquele momento, não é possível que ele não seja em russo em qualquer outro TT, pois, se fosse, não seria o mesmo livro. A partir do momento que o livro é em uma língua, não é possível que ele não seja mais,

⁴ Na verdade, esse é um bom exemplo para que se veja que a expressão do tempo não é uma relação entre TU e TSit, mas sim entre TU e TT. O pretérito aqui não indica que TSit é anterior a TU (momento da fala), mas sim que o intervalo de tempo que importa para a realização da asserção (o Tempo Tópico) é anterior a TU.

a menos que o mesmo tenha sido destruído. E, ainda assim, o livro sobre o qual a asserção é feita ainda teria sido em russo, independente do livro continuar existindo ou não. Dessa forma, apesar de a asserção fazer referência a um $TT_{<}$, o TSit desse conteúdo lexical estende-se para além de TT e de TU, já que é um conteúdo lexical que não possui barreira à esquerda (início) ou à direita (fim), i.e. não possui contraste de TT.

Vejamos, agora, um exemplo com TT_0 :

(3) A Amazônia é no Brasil.

Já em (3), o verbo está no presente, o que faz com que TU esteja incluso em TT (TT_0). Aqui, mais uma vez, tendo em vista o conteúdo da sentença, não há contraste de TT, que sempre estará incluso em TSit ($TT_{\text{INCLUÍDO EM TSit}}$), por isso não é possível produzirmos um enunciado como:

(3a) #A Amazônia está sendo no Brasil.

Como não há TT alternativo em que a Amazônia não é no Brasil, esse conteúdo lexical veicula mais do que uma simples situação temporária: ele veicula uma situação que sempre foi e sempre vai ser. A Amazônia nunca foi em outro lugar que não no Brasil e, enquanto a floresta for a mesma e o país for o mesmo, ela nunca deixará de ser no Brasil. Dessa forma, não é possível negar essa afirmação sem afetar sua verdade como um todo, independente de TT.

Como podemos ver, TT pode variar em itens lexicais de estado 0. A diferença é que, como já mencionado, não há contraste de TT nessas proposições: não há nenhum intervalo de tempo alternativo em que a negação de uma dessas sentenças seja verdadeira (KLEIN, 1994, p. 81). Vejamos mais um exemplo:

(4) João era filho de Maria.

Em (4) o verbo encontra-se no imperfectivo e, assim como em (2), a *existência* de João está limitada a ele ser filho de Maria. Antes de ser filho de Maria, João não existia, e depois de morrer, ele continua sendo filho de Maria. Não existe um intervalo de tempo alternativo sobre o qual se possa afirmar João não ser filho de Maria. Portanto, se João não

era filho de Maria, ele nunca foi e nem nunca será⁵. Assim, em conteúdos lexicais de estado 0 não há contraste de TT, ainda que TT possa, sim, selecionar um intervalo de tempo anterior, igual ou mesmo posterior a TU para se referir, já que TT é o tempo sobre o qual uma dada asserção é feita.

2.2 CONTEÚDOS LEXICAIS DE 1 ESTADO

Vejamos, agora, o que acontece com conteúdos lexicais de 1 estado, quando há contraste externo de TT.

(5) João dormiu.

Em (5), o conteúdo lexical *dormir* encontra-se no pretérito perfeito. De acordo com Ferreira (2017), o uso não-anafórico do pretérito perfeito no PB pode (e deve) ser interpretado como o presente perfeito, ainda que sua estrutura seja equivalente ao perfectivo⁶. Portanto, como ainda não temos nenhum contexto que explicita a relação entre TT, TU e TSit em (5), temos uma ambiguidade: $TT < TSit$ e $TT_{INCLUI/IGUAL} TSit$ (no caso do perfectivo) ou TT_0 e $TT_{DEPOIS DE} TSit$ (no caso do perfeito). (5) é uma sentença cujo conteúdo lexical remete a um evento temporalmente delimitado. Portanto, ao proferirmos (5), estamos veiculando uma informação com início, duração e fim. No entanto, fora de contexto, a sentença em (5) não explicita nenhum desses três intervalos. Portanto, para melhor ilustrar a questão dos conteúdos lexicais de 1 estado, coloquemos (5) em dois contextos, um com o perfeito e outro com o perfectivo:

Contexto de (5a): Ana e Maria estão conversando sobre João, irmão mais novo de Ana e namorado de Maria. João costuma ficar de mau humor quando não dorme, e ultimamente ele e Maria brigaram diversas vezes porque João foi rude com Maria. Maria comenta com Ana que João está mais tranquilo do que nas últimas vezes em que eles se viram. Ana concorda e comenta:

⁵ Aqui estamos lidando estritamente com a questão biológica do predicado “ser filho de”. Portanto, a questão social da adoção não é considerada para essa análise.

⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão da interpretação do pretérito perfeito, ver Ferreira (2017).

(5a) João dormiu.

Nesse contexto, temos o uso não anafórico de (5), ou seja, não é explicitado, nem pelo contexto, nem pela asserção, quando TSit se dá. Por esse motivo, temos o uso do perfeito, que equivale a TT_0 e $TT_{\text{DEPOIS DE TSit}}$. Isso se dá porque o que está em discussão é o humor de João em TU, ou seja, a consequência de João dormir. Sendo assim, o TT deve incluir TU, já que, em TU, João está de bom humor. No entanto, se TT inclui TU e o verbo encontra-se no pretérito perfeito, isso significa que TSit se dá antes de TU e, portanto, antes de TT. Dessa forma, temos $TT_{\text{DEPOIS DE TSit}}$, pois TSit deve ocorrer em um TT alternativo imediatamente anterior a TT, gerando contraste de TT, o que significa que, em TT, João está acordado. Vejamos, agora, um contexto com o perfectivo:

Contexto de (5b): Ana e Maria estão conversando sobre João, irmão mais novo de Ana e namorado de Maria. João e Maria são estudantes e estão de férias, mas Ana já trabalha. Ana passou o dia inteiro fora e acaba de voltar para casa. Ana pergunta a Maria o que João fez durante aquela tarde. Maria responde:

(5b) João dormiu.

Como podemos ver pelo contexto, TU é o momento em que Maria e Ana conversam, TT corresponde ao período da tarde anterior à conversa de Maria e Ana e TSit corresponde ao intervalo de tempo em que João dormiu. Portanto, $TT <$ e $TT_{\text{INCLUI/IGUAL TSit}}$, já que TT é anterior a TU e TT inclui TSit. Sendo assim, o que está em discussão é o intervalo de tempo em que o evento ocorre, e não como o evento expresso pelo conteúdo lexical afeta TU.

Ainda que seja possível apontar quando o evento asseverado por (5b) ocorre (dentro de TT, que corresponde à tarde anterior a TU), não fica *explicitada* sua duração, início ou fim. Dessa forma, nada impede que o falante aumente sua precisão quanto a essas questões acrescentando um adjunto adverbial de tempo como “das 15h às 18h”, como podemos ver em (6):

(6) João dormiu das 15h às 18h.

Em (6), temos, agora, definido o início (15h) e o fim (18h) de TSit, assim como sua duração (3 horas). Usando esse último contexto para (6), sabemos que TU se dá, então,

necessariamente, após às 18h e, como TT refere-se à “tarde” e o conceito que temos de “tarde”, apesar de ser um tanto nebuloso, parece englobar um intervalo de tempo maior que “das 15h às 18h”, podemos manter nossa análise de TT _{INCLUI/IGUAL} TSit, já que TSit está delimitado como “das 15h às 18h” e esse intervalo de tempo é parte de TT, que corresponde à “tarde”.

Diferentemente de conteúdos lexicais de estado 0, que não funcionam com expressões adverbiais de tempo (não é possível afirmar que “o livro estava em russo das 15h às 18h”), os conteúdos lexicais de 1 estado apresentam, como já mencionado brevemente na análise do contexto de (5a), contraste de TT, ou seja, existem intervalos de tempo alternativos, anteriores ou posteriores, em que o evento de TSit não se dá. Ao TT alternativo imediatamente anterior a TSit que vincula o conteúdo em oposição ao de TSit, Klein (1994) dá o nome de *pré-tempo de TSit*. Já ao TT alternativo imediatamente posterior a TSit que vincula o conteúdo em oposição ao de TSit, o autor faz uso do termo *pós-tempo de TSit*. Sendo assim, quando temos TT _{DEPOIS DE} TSit, como no contexto de (5a), temos TT no pós-tempo de TSit, quando o evento não se dá, enquanto TSit encontra-se em um TT alternativo imediatamente anterior a TT.

É importante perceber também que pode ocorrer contraste de TT dentro do próprio TSit, como no caso de conteúdos lexicais como *correr*: esse conteúdo lexical pode expressar apenas a atividade, com fronteira à esquerda, à direita e nenhum contraste de TT dentro de TSit, ou um hábito, quando há contraste de TT dentro de TSit, quando o sujeito não está correndo, mas, considerando a atividade como um hábito, ele *é corredor*. O que interessa aqui, no entanto, é perceber que é a possibilidade de haver TTs alternativos em que o evento não ocorre, ou seja, é a possibilidade de haver contraste de TT em relação a TSit que distingue conteúdos lexicais de 1 estado de conteúdos lexicais de 0 estado.

Tendo agora as definições de pré-tempo e pós-tempo de TSit, podemos analisar (6) mais detalhadamente. Como já mencionado, o conteúdo lexical encontra-se no perfectivo, portanto TT _{INCLUI/IGUAL} TSit. Além disso, TT ocorre antes de TU (TT<). Sabemos que TT, que corresponde ao intervalo de tempo delimitado como “a tarde”, inclui TSit, que corresponde ao intervalo de tempo entre às 15h e às 18h, portanto o pré-tempo de TSit em (6) deve ser antes das 15h, enquanto o pós-tempo de TSit em (6) deve ser após às 18h. Portanto, é possível afirmar que TU se encontra no pós-tempo de TSit.

É importante observar que, como já mencionado na introdução com o exemplo “a luz estava acesa”, quando nos referimos à relação de contraste de TT e suas vinculações com o conteúdo lexical, não estamos nos referindo a apenas três intervalos de tempo dentro de *toda* a linha do tempo: é muito provável (para não dizer impossível que não) que João já tenha

dormido em diversos intervalos de tempo alternativos a TT, tanto antes quando depois de TT, assim como ele também já esteve acordado em muito outros TTs alternativos que estão em contraste com os TTs em que João dorme. No entanto, o TSit de (6) é selecionado por um TT que faz referência a um intervalo específico, então, ao nos referirmos ao pré-tempo e pós-tempo de TSit, nos referimos a intervalos imediatamente anteriores e posteriores a esse TSit vinculado ao TT expresso por (6), quando João necessariamente deve estar em um estado de não-dormir. A duração desses intervalos, no entanto, é imprecisa e difícil (para não dizer quase impossível) de ser mensurada fora de contexto (KLEIN, 1994).

Vejamos, para fins de esclarecimento, mais um exemplo:

(7) Maria está almoçando.

Aqui a figura muda drasticamente: com o uso do progressivo no presente, (7) claramente faz uma asserção sobre um tempo tópico que: 1. inclui TU (TT₀) e 2. está incluso em TSit (TT_{INCLUÍDO EM} TSit). Embora a relação de TT com TU e TSit seja muito diferente de (5), já que, mesmo fora de contexto, é possível prever o tipo de relação expressa pelo enunciado, a parte principal da análise permanece a mesma: o contraste de TT se mantém com relação ao pré-tempo e pós-tempo de TSit. Em outras palavras, ao negarmos uma asserção como essa, diferentemente de conteúdos lexicais de estado 0, não estamos sugerindo a impossibilidade de realizar uma asserção verdadeira com a mesma sentença em momento distinto. O que se faz aqui é negar a vinculação do conteúdo lexical ao TT, ou seja, é desvincular TT do TSit do conteúdo lexical. Se Maria não está almoçando, isso não significa que ela nunca almoçou em sua vida ou que ela nunca vai almoçar, mas sim que, no TT especificado pela asserção, o ato progressivo de <Maria almoçar> não é verdade, podendo ser verdade em outros intervalos de tempo alternativos. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo, que trata especificamente da negação dos conteúdos lexicais.

Por fim, para melhor entendermos como se dá essa relação TSit-TT-TU, vejamos a representação de (5a), (5b), (6) e (7) na linha do tempo (onde ----- representa o conteúdo lexical, os colchetes representam TSit, as chaves representam TT e o asterisco representa TU):

(5a) **dormir**

pré-tempo	TSit	pós-tempo
	[-----]	{ * }

- (5b) **dormir**
 pré-tempo TSit pós-tempo
 { [-----]} *
- (6) **dormir**
 pré-tempo pós-tempo
 { [-----]} *
 15h 18h
- (7) **almoçar**
 pré-tempo pós-tempo
 [-----{*}-----]

Agora que temos uma boa base com relação a pré-tempo de TSit, pós-tempo de TSit e contraste de TT em conteúdos lexicais de 1 estado, vejamos como são analisados os conteúdos lexicais de 2 estados.

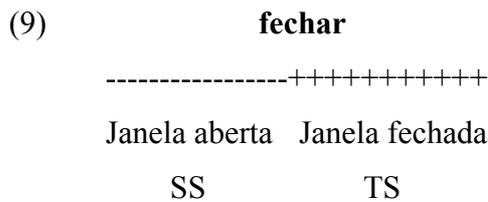
2.3 CONTEÚDOS LEXICAIS DE 2 ESTADOS

Assim como conteúdos lexicais de 1 estado, conteúdos lexicais de 2 estados lidam com contraste externo de TT e com os conceitos de pré-tempo e pós-tempo de TSit. Embora esses dois tipos de conteúdos lexicais sejam um tanto parecidos, existem algumas divergências entre eles, como veremos a seguir.

(8) João fechou a janela.

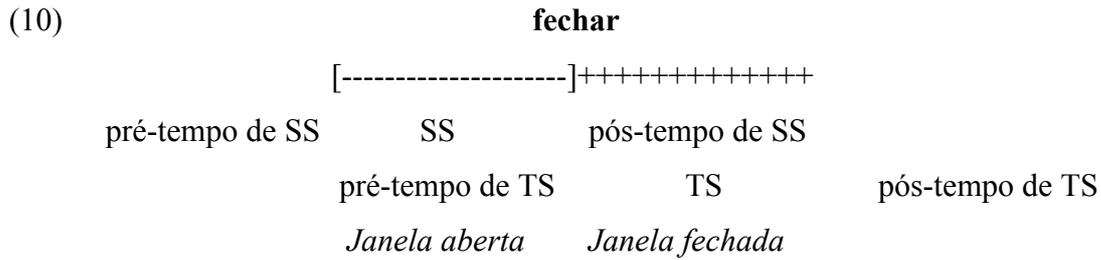
Em (8), o verbo encontra-se flexionado no pretérito perfeito, o que, como já vimos anteriormente, nos permite duas interpretações: perfectivo, com TT anterior a TU ($TT <$) e TT incluindo ou igual a TSit ($TT_{\text{INCLUINDO IGUAL}} \text{TSit}$), e perfeito, com TT incluindo TU (TT_0) e TT no pós-tempo de TSit ($TT_{\text{DEPOIS DE}} \text{TSit}$). Entretanto, aqui, a ideia de pré-tempo e pós-tempo

de TSit fica um pouco mais complexa. Isso se deve à natureza do próprio conteúdo lexical. Diferentemente do conteúdo lexical de 1 estado, que prevê uma ação fechada em seu TSit, os conteúdos lexicais de 2 estados preveem, além de sua própria ação, um segundo estado, i.e. o estado conseqüente ao da ação, que, de acordo com Klein (1994), é sempre sua “contraparte”. Portanto, em (8), o conteúdo lexical prevê um momento em que a janela está aberta, o *Source State* (SS), e um momento em que a janela está fechada, o *Target State* (TS). Assim, o item lexical prevê um momento após a ação de fechamento da janela em que a janela está fechada devido aos esforços de João. Esse contraste de TT é interno, pois a mudança de estado é lexicalizada, ou seja, para a ação estar completa, é necessário que se atinja o TS. Para ilustrar melhor esses novos conceitos, vejamos como os mesmos são representados com o conteúdo lexical *fechar* dentro de uma linha do tempo (onde ----- representa SS e +++++ representa TS):

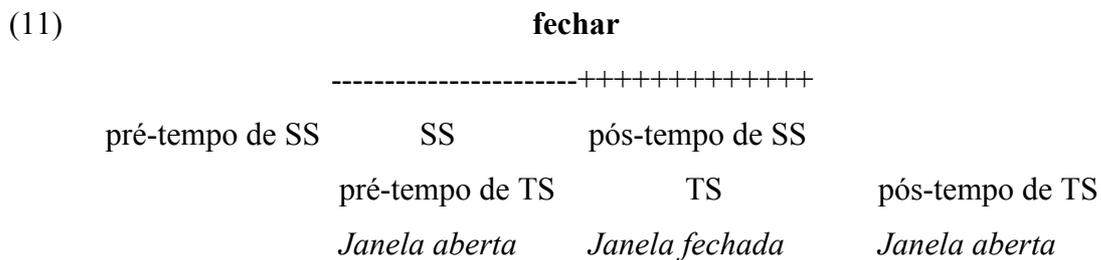


Entretanto, algumas questões ficam em aberto com a adição dessas novas definições. Começemos com a mais primordial: agora que temos um SS e um TS, como funciona o contraste de TT e as noções de pré-tempo e pós-tempo?

Bem, como vimos pela representação do conteúdo lexical *fechar*, o próprio conteúdo lexical já prevê um contraste interno: o momento em que a janela está aberta (SS) e o momento que a janela está fechada (TS). Apesar disso, os conteúdos lexicais de 2 estados continuam prevendo pré-tempo e pós-tempo. A diferença, agora, é que o pré-tempo e o pós-tempo dizem respeito ao SS e ao TS, ou seja, SS tem seu próprio pré-tempo e pós-tempo (que é o TS) e TS também tem seu próprio pré-tempo (que é o SS) e pós-tempo. Vejamos a representação desses conceitos dentro da linha do tempo (onde ----- representa SS e +++++ representa TS):



Analisando a representação do conteúdo lexical *fechar*, fica claro o contraste de TT interno: SS, quando a janela está aberta, e TS, quando a janela está fechada. Além disso, temos o pós-tempo de SS, que é TS, ou seja, quando a janela está fechada, e o pré-tempo de TS, que é SS, ou seja, quando a janela está aberta. No entanto, do que se trata o pré-tempo de SS e o pós-tempo de TS? A última parte da questão é mais fácil de responder do que a primeira, então comecemos por ela: o pós-tempo de TS é um TT alternativo imediatamente posterior a TS, quando o efeito da ação do conteúdo lexical <João fechar a janela> não mais se dá, i.e. quando a janela está novamente aberta. Vejamos isso na representação da linha do tempo:



Tendo claro sobre o que se trata o pós-tempo de TS, ainda não sabemos ao certo do que se trata o pré-tempo de SS. Se considerarmos que o pré-tempo de SS funciona da mesma forma que o pós-tempo de TS, então seria correto afirmar que o pré-tempo de SS é um TT alternativo, imediatamente anterior a SS, com um estado contrastivo ao de SS. No caso de (8), então, o pré-tempo de SS seria a janela estar fechada. Embora essa conclusão pareça simples, está equivocada: nesse caso, apesar de muito improvável, é possível que a janela sempre tenha estado aberta, ou que nunca tenha sido fechada antes. Ainda assim, não é plausível afirmar que não há pré-tempo de SS ou que o conteúdo lexical <João fechar a janela> englobe em seu SS todos os momentos antes da mudança de SS para TS em que a janela estava aberta.

Por esse motivo, Klein (1994) acredita que, para que se possa prever um SS, é necessário que haja uma característica geral de “atividade direcionada ao objetivo”. Assim, o autor propõe a ideia de *active in* (estar ativo em), onde *in* relaciona-se com provocar TS

(KLEIN, 1994, p. 90). Sendo assim, a atividade relacionada ao João é importante para a descrição do item lexical, já que, no SS, João deva estar “ativo em”, ou seja, o conteúdo lexical <João fechar a janela> prevê, no SS, que João esteja engajado no ato de fechar a janela, como podemos ver pela representação a seguir de *fechar*:

(12)

fechar			
-----		+++++	
pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
	pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
	<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>	

Agora, ao que parece, a questão da janela estar aberta em SS não é mais um empecilho para nossa descrição: apesar da janela estar, de fato, aberta em SS, só é possível considerar um intervalo de tempo como o SS de um conteúdo lexical quando a característica “ativo em” for realizada, ou seja, quando a janela estiver em processo de ser fechada. Por esse motivo, podemos concluir que o pré-tempo de SS deve ser, também (e na maior parte dos casos é, de fato), no caso do conteúdo lexical *fechar*, a janela estar aberta. O contraste externo de TT entre pré-tempo de SS e SS será, então, a característica “estar ativo em”, como podemos ver na nossa representação a seguir, agora finalmente completa:

(13)

fechar			
-----		+++++	
pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
	pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
	<i>não ativo em</i>	<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>

Finalmente, com os pré-tempos, pós-tempos, SS e TS definidos, podemos nos voltar a mais uma dúvida que surge com a adição desses novos conceitos: o que é selecionado por TT e o que é TSit em conteúdos lexicais de 2 estados? Começemos nossa explicação mudando o aspecto do nosso exemplo anterior:

(14) João estava fechando a janela.

Como já vimos, o conteúdo lexical desse enunciado encontra-se flexionado no imperfectivo, portanto TT INCLUÍDO EM TSit. Além disso, a situação ocorre antes de TU, ou seja, TT<. O interessante a ser notado aqui, no entanto, é a relação de SS e TS com TSit e TT. De acordo com Klein (1994), as línguas selecionam um dos dois estados (SS ou TS) e o tratam como o estado relevante para marcação de aspecto. Então, tudo funciona como já visto antes para conteúdos lexicais de 1 estado, ou seja, as relações de TT-TSit apresentadas na introdução desse capítulo são aplicadas a um desses dois estados e funcionam como no caso de conteúdos lexicais de 1 estado, apenas com mais possibilidades de vinculação. Se analisarmos (14), veremos que, quando usamos o imperfectivo, claramente João estava “ativo em” fechar a janela. Isso não significa que a janela esteja aberta, mas também não significa que a mesma esteja fechada⁷. De fato, com o uso do imperfectivo, não é possível extrair qualquer informação quanto ao atingimento de TS, afinal, o TT encontra-se incluso em TSit (TT INCLUÍDO EM TSit) e, como já podemos ver pelo significado de (14), o estado escolhido pelo PB para marcar aspecto, assim como pelo inglês (cf. KLEIN, 1994), é SS. Vejamos a representação de (14) abaixo (onde --- indica SS, +++ indica TS, colchetes indicam TSit e as chaves indicam TT):

(15)	abrir			
	[-----{-----}-----]	+++++		
	pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
		pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
		<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>	

O interessante nesse caso do uso do imperfectivo é perceber a diferença significativa entre os conteúdos lexicais de 2 estados e os conteúdos lexicais de 1 estado: no primeiro, ao usarmos o imperfectivo, não é possível afirmar que a ação tenha sido realizada. No entanto,

⁷ Aqui, “abrir a janela” pode ser interpretado, de acordo com as classes de Vendler (1957), como *accomplishment* ou como *achievement*. Ainda que Klein (1994) não faça uma relação da sua proposta de conteúdos lexicais com as classes de Vendler, entende-se que conteúdos lexicais de 2 estados possuem a característica [+télico]. Portanto, tanto verbos de *accomplishment* quanto verbos de *achievement* são conteúdos lexicais de 2 estados. Como esta dissertação faz uso do modelo de Klein (1994), não será feita uma desambiguação do predicado “abrir a janela” por essa distinção não ser relevante para o modelo.

no segundo, se o enunciado encontra-se no imperfectivo, é possível afirmar que a ação foi realizada, como podemos ver nos exemplos a seguir:

(16) João estava fechando a janela.

⊗ >> João fechou a janela.

(17) João estava dormindo.

>> João dormiu.

Isso se dá pela lexicalização do pós-tempo de TSit nos conteúdos lexicais de 2 estados, ou, nos termos de Vendler (1957), essa é a diferença entre verbos com característica [+télico] e [-télico]: os verbos com característica [+télico], ou seja, verbos de *accomplishment* e *achievement*, correspondem, na proposta de Klein (1994), a conteúdos lexicais de 2 estados, enquanto que verbos com característica [-télico], i.e. verbos de atividade e de estado, correspondem a conteúdos lexicais de 1 estado (no caso dos verbos de atividade e alguns de estado) e de estado 0 (no caso de verbos de estado). Como o próprio conteúdo lexical prevê um contraste interno entre a eventualidade e sua contraparte, só é possível afirmar que o evento ocorreu de fato quando TT está vinculado de alguma forma a TS. De acordo com Klein (1994), é possível estarmos bem dentro do SS de alguma ação sem nunca atingir o TS dessa ação. Mas, se estivermos no TS de alguma ação, então devemos ter estado no seu SS antes. Vejamos um exemplo de enunciado que descreva uma situação na qual TS não é (imediatamente) atingido:

(18) João estava fechando a janela quando o telefone tocou. Então ele correu para atender.

Em (18), temos dois TTs: um TT para <João fechar a janela> e <O telefone tocar>, e um imediatamente em seguida para <Ele correr para atender>. Vamos tratar desse exemplo usando TT₁ para o TT que se refere a <João fechar a janela> e <O telefone tocar> e TT₂ para <Ele correr para atender>. Em TT₁, temos dois TSits e cada TSit relaciona-se com TT de uma forma diferente (apesar de essa não ser a regra: quando temos mais de um TSit em um TT, suas relações podem ser iguais ou diferentes, independentemente): o conteúdo lexical de 2 estados <João fechar a janela> encontra-se no imperfectivo, portanto TT INCLUÍDO EM TSit; já o conteúdo lexical de 1 estado <O telefone tocar> está flexionado no pretérito perfeito,

aqui possível de identificar como perfectivo, ou seja, TT_{INCLUI/GUAL} TSit. O que entendemos desse enunciado, mais precisamente de TT₁, é que a ação de fechar a janela se dá com duração maior a do telefone tocar e como TT aparentemente refere-se a um intervalo de tempo menor que a duração do TSit de <João fechar a janela> e maior que a duração do TSit de <O telefone tocar>, o conteúdo lexical de 2 estados encontra-se no imperfectivo e o conteúdo lexical de 1 estado encontra-se no perfectivo: o tempo de duração de TSit do primeiro é claramente maior que o tempo de duração de TSit do segundo. Dessa forma, TSit de <João fechar a janela> encontra-se em desenvolvimento neste enunciado, mas não finalizada.

Já em TT₂, o conteúdo lexical de 1 estado <Ele correr para atender> está flexionado no pretérito perfeito, aqui possível, também, de identificar como perfectivo, ou seja, TT_{INCLUI/GUAL} TSit. No entanto, em TT₂ não se fala mais nada sobre o conteúdo lexical <João fechar a janela>. Portanto, tudo o que temos é um evento em desenvolvimento e um evento começado e terminado em TT₁, e um novo evento em TT₂. Por questões de conhecimento de mundo, sabemos que não é possível que se feche uma janela e se corra para atender um telefone ao mesmo tempo: *correr* envolve deslocamento, faz parte do seu sentido estar em um lugar e mover-se para outro, enquanto que *fechar a janela* requer que se esteja, a grosso modo, no mesmo lugar em que a janela se encontra. Sendo assim, pode-se entender que, em TT₂, <João fechar a janela> não está mais em andamento, e isso pode se dar de duas formas: ou João terminou de fechar a janela e então correu para atender o telefone, ou ele abandonou o evento de fechar a janela para correr e atender o telefone. A leitura preferencial costuma ser a segunda, mas, de qualquer forma, o que se dá em TT₂ com relação a esse conteúdo lexical não é relevante, pois ele não é mencionado em TT₂, apenas em TT₁ e, em TT₁, o uso do imperfectivo descreve apenas o SS deste conteúdo lexical. Portanto, TS não é mencionado em (18), o que nos mostra que, se TS não está vinculado a TT, ele não pode ser extraído do enunciado a menos que haja um contexto que nos proporcione esse entendimento.

Por fim, retomemos o exemplo (8) para analisarmos como TT, TSit e TU se comportam dentro da representação de um conteúdo lexical de 2 estados flexionado no perfectivo:

(8) João fechou a janela.

Como já mencionado anteriormente, o pretérito perfeito no português é ambíguo. Sendo assim, existem duas possíveis representações para esse enunciado, como veremos a

seguir (onde --- representa SS, +++ representa TS, colchetes representam TSit, chaves representam TT e o asterisco representa TU):

(19)	fechar			
	[-----{-----}++++++]+++++++			*(?)
	pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
		pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
		<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>	

Nessa primeira representação, TT inclui SS e TS: essa é a representação do perfectivo, pois TT é anterior a TU, ou seja, TT representa um recorte do conteúdo lexical de 2 estados *fechar* onde a ação ocorre por completo e encontra-se num intervalo de tempo anterior ao momento da fala (TU). Em TT, a janela estava aberta, João estava “ativo em” fechar a janela, e a janela estava fechada devido aos esforços de João. Tudo isso ocorre antes de TU que, fora de contexto fica ambíguo quanto à sua localização em relação a TSit, podendo encontrar-se tanto em TS, quando a janela está fechada devido aos esforços de João, quanto no pós-tempo de TS, onde a janela pode estar aberta ou não, mas possivelmente não devido aos esforços de João. Imaginemos a seguinte situação:

Contexto de (8a): duas pessoas, Ana e Pedro, estão conversando sobre a tempestade que aconteceu na semana anterior à conversa. Pedro conta para Ana que, como não tinha ninguém em casa quando a tempestade começou, as janelas ficaram abertas e a casa ficou toda molhada. Ana, em contrapartida, comenta que as janelas em sua casa já estavam todas fechadas, exceto por uma, mas que, quando começou a tempestade:

(8a) João fechou a janela.

Aqui, como podemos ver, TT é anterior a TU e descreve todo o evento, englobando tanto SS quanto TS. Entretanto, considerando que a tempestade aconteceu na semana anterior à conversa, é pouco provável que a janela ainda estivesse fechada durante TU. Por esse motivo, a leitura do perfectivo é aplicada, pois TU encontra-se, claramente, depois de TT. Além disso, com esse contexto fica claro que TU também encontra-se no pós-tempo de TS, pois não é mais afetado pelos esforços de João.

Vejam, agora, a segunda representação possível, agora do perfeito, para (8):

(20)	fechar			
	[-----]++++{+*+}++++			
	pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
		pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
		<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>	

Nessa representação, TT é posterior a TSit ($TT_{\text{DEPOIS DE TSit}}$) e abrange TU (TT_0). Nesse caso, TT encontra-se no TS do conteúdo lexical de 2 estados *fechar*, ou seja, o esforço de João ainda é relevante dentro do recorte feito por TT, que inclui TU. Consideremos a seguinte situação:

Contexto de (8b): está tendo uma tempestade e Ana chega em casa correndo pois sabe que a janela do seu quarto ficara aberta quando ela saiu de casa mais cedo. Ao ver Ana entrar correndo e ir para o quarto, Maria, uma de suas colegas de apartamento, avisa-lhe:

(8b) João fechou a janela.

Nesse caso, como podemos ver, TT inclui TU e recorta o TS do conteúdo lexical. Se João não tivesse fechado a janela, o quarto de Ana estaria molhado e ela mesma teria que fechar a janela para evitar mais estragos. Por esse motivo, a leitura do perfeito é aplicada, pois TU é afetado pelos esforços de João, o que faz com que TT esteja localizado em TS.

Antes de passarmos para a próxima seção com conteúdos lexicais complexos, analisemos um último exemplo:

(21) João vai chegar em casa tarde.

Aqui, diferentemente dos outros enunciados analisados nesta seção, TSit encontra-se num intervalo de tempo posterior a TU. Por esse motivo, $TT >$ e $TT_{\text{INCLUI/IGUAL TSit}}$. Imaginemos o seguinte cenário:

Contexto de (21): Ana e Maria estão conversando sobre a janta daquela mesma noite. Maria pergunta a Ana se João irá jantar com elas. Ana responde que não, e justifica:

(21) João vai chegar em casa tarde.

Nesse cenário, o TT corresponde ao momento em que João chegará em casa, que não coincidirá com a hora da janta. Portanto, o intervalo de tempo que corresponde a *<João chegar em casa tarde>* localiza-se num intervalo de tempo posterior a TU, quando Ana e Maria estão conversando sobre a janta e TT engloba SS e TS, pois ao selecionarmos tal intervalo de tempo no futuro para descrever esse conteúdo lexical, nos referimos ao momento em que João está “ativo em” chegar em casa, ou seja, em deslocamento em direção à casa (SS) e ao momento em que João está em casa logo após sua chegada (TS), como podemos ver com a representação de (21), a seguir (onde --- representa SS, +++ representa TS, colchetes representam TSit, chaves representam TT e asterisco representa TU):

(22)

	chegar em casa			
*	[-----{-----}++++++]++++++			
pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS		
	pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS	
<i>em outro lugar</i>	<i>em outro lugar</i>	<i>em casa</i>	<i>em outro lugar</i>	
	<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>		

Como podemos ver agora mais claramente, TU encontra-se antes de TT (TT>), TT descreve a situação por completo (TT INCLUI/IGUAL TSit), portanto tanto SS quanto TS são selecionados por esse recorte e TSit, conseqüentemente, também encontra-se num intervalo de tempo posterior a TU.

Agora que temos uma descrição razoavelmente detalhada dos três tipos de conteúdo lexical, passemos para a próxima seção, onde veremos o que acontece quando temos mais de um conteúdo lexical com características temporais dentro de um mesmo enunciado.

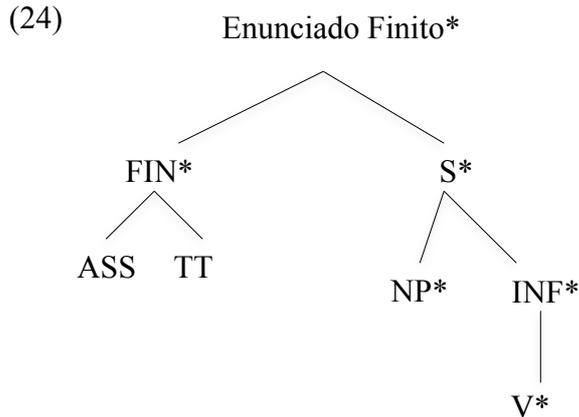
2.4 CONTEÚDOS LEXICAIS COMPLEXOS

O que acontece com a codificação do tempo na linguagem quando temos conteúdos lexicais sentenciais que incluem mais de um conteúdo lexical com características temporais? Para dar conta desta questão, retomemos um exemplo do início deste capítulo, revisitado aqui em (23):

(23) A luz estava acesa.

Em (23), temos $TT<$ e $TT_{\text{INCLUÍDO EM}} \text{TSit}$. Além disso, como já vimos até o momento com conteúdos lexicais de estado 0, 1 estado e 2 estados, (23) é um conteúdo lexical de 1 estado, ou seja, faz um recorte de uma situação temporária com início, duração e fim. Entretanto, como também já vimos anteriormente, conteúdos lexicais são compostos por dois componentes: o componente não-finito INF e o componente finito FIN. O primeiro é a descrição (seletiva) de uma possível situação, enquanto o segundo corresponde à *asserção* feita por um enunciado (KLEIN, 1994). Portanto, em (23), INF corresponde a *<a luz estar acesa>* enquanto FIN corresponde à vinculação de INF a um TT, fazendo uma asserção quanto a uma determinada situação através desse enunciado. Contudo, isso nos leva a mais uma questão: como, exatamente, INF é vinculado a TT e se torna FIN?

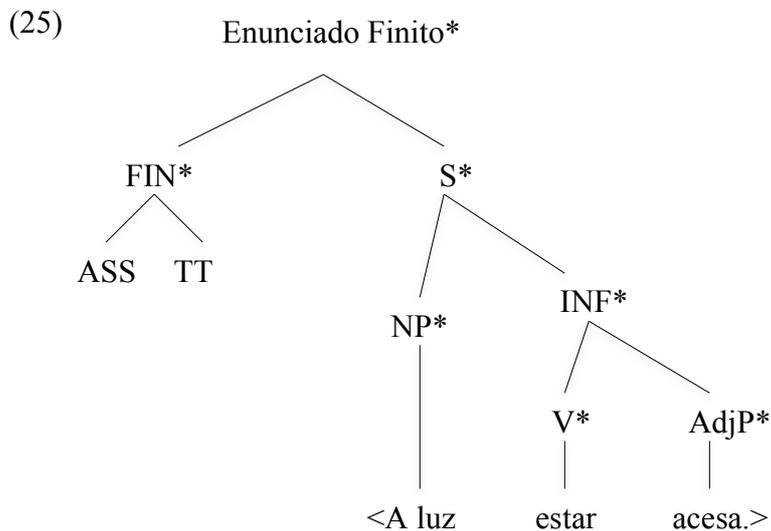
Para melhor entendermos como funciona essa vinculação do componente não-finito INF a TT para formar o componente finito FIN, Klein (1994) propõe uma estrutura formal para a interpretação de sentido temporal através de um nível de representação abstrato, que ele chama de NÍVEL*. Nesse nível, uma proposição qualquer consiste de dois componentes essenciais: FIN*, que contém Tempo, ou seja, a relação de TT e TU, e é composto pelo “componente de asserção” (ASS) e TT; e o conteúdo lexical da proposição, que é composto por um sintagma nominal (o sujeito) e INF*.



Nessa representação, tudo à esquerda, ou seja, o conteúdo lexical inteiro, está sob o escopo da asserção inerente de FIN*. Portanto, é necessário, agora, vincular FIN* a S*. Sendo assim, Klein (1994, p. 181) define uma regra geral morfossintática que promove essa ligação:

TT-attachment: the highest verbal elemento of INF* is morphologically fused with FIN*, thus becoming FIN, whereas the remainder of INF* becomes INF.⁸

Portanto, a representação abstrata de (23) ficaria da seguinte forma:



Como podemos ver em (25), temos TT em FIN* que se une ao verbo “mais alto” (nesse caso, o único) de INF*, o que gera FIN, nesse caso, *estava*, e o restante de INF* torna-

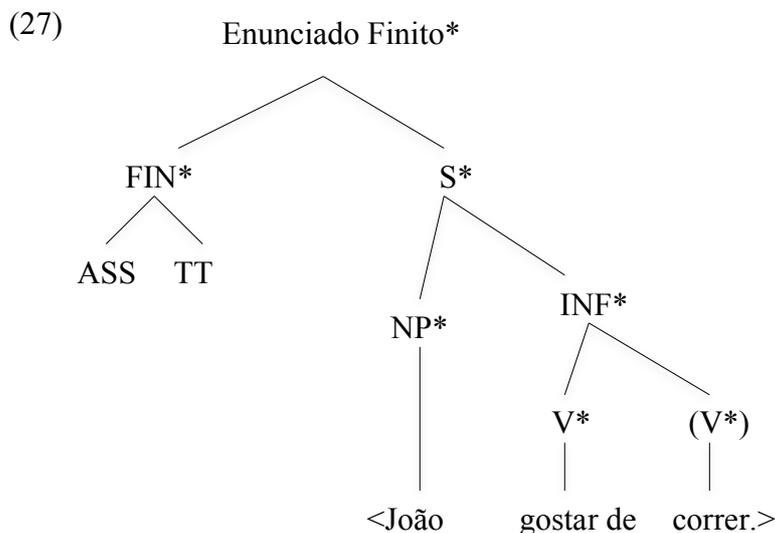
⁸ Anexo de TT: o elemento verbal mais alto de INF* é morfologicamente fundido com FIN*, assim tornando-se FIN, enquanto o resto de INF* torna-se INF. Tradução nossa.

se INF. É importante, contudo, explicar que, quando Klein (1994) fala do “elemento verbal mais alto de INF*”, esse elemento refere-se ao “mais alto no escopo dentro de INF*” (KLEIN, 1994, p. 181). Dessa forma, quando temos mais de um V* dentro de INF*, o mais alto dentro de INF* será o item lexical vinculado a FIN*, gerando FIN.

Tendo uma boa noção do que são os componentes INF e FIN e como eles se relacionam entre si, podemos agora, finalmente, passar para um enunciado com mais de um componente lexical com características temporais:

(26) João gostou de correr.

Em (26) temos dois conteúdos lexicais com características temporais: *gostar* e *correr*, ambos conteúdos lexicais de 1 estado. No entanto, como definimos o que é vinculado a TT e o que está sendo asseverado, considerando TT? Vejamos, primeiro, como fica a estrutura de (26) no NÍVEL* (os parênteses angulados indicam o conteúdo lexical e os parênteses indicam a parte de INF* que virará INF e não se fundirá com FIN*).



Como podemos ver pela representação em (27), dentro de INF* temos dois conteúdos lexicais com características temporais. Seguindo a regra de *TT-attachment* proposta por Klein (1994), sabemos que o verbo mais alto de INF*⁹ é fundido com FIN*, formando FIN,

⁹ Ainda que, pela representação apresentada por Klein (1994), não seja o caso de um ser mais alto que o outro, já que como podemos ver em (27) eles são irmãos, fazemos uso nesse trabalho do modelo e, portanto, da *terminologia* de Klein (1994). Sendo assim, ainda que não concordemos com essa questão, decidimos manter o termo e a representação.

enquanto que o restante de INF* torna-se INF. Portanto, *gostar*, sendo o verbo mais alto, é fundido com FIN*, formando FIN *gostou* e o restante de INF* torna-se INF *correr*, permanecendo como componente não-finito na asserção.

O que vimos até o momento com relação aos conteúdos lexicais complexos diz respeito mais à estrutura do conteúdo lexical do que ao seu sentido *per se*. Sabemos, até o momento, que FIN é formado pela vinculação do conteúdo lexical mais alto de INF* com FIN*, enquanto que INF é formado pelo que “sobra” de INF*. Mas como FIN e INF relacionam-se em termos de sentido temporal? O que, exatamente, significa dizer *João gostou de correr*? Como FIN se relaciona com INF? Para dar conta dessas questões, vejamos um contexto para (26).

Contexto de (26): Maria e Ana estão falando sobre João. João é uma pessoa sedentária que não tem o hábito de praticar exercícios físicos. No entanto, João está tentando mudar seu estilo de vida e, há pouco tempo, vem experimentando diferentes tipos de atividades físicas. Recentemente, João resolveu tentar a corrida, por isso ele contratou um profissional que o ajudasse a aprender esta habilidade. Sua primeira aula foi no dia anterior ao da conversa de Maria e Ana. Ana pergunta a Maria o que João achou de sua primeira aula. Maria responde:

(26) João gostou de correr.

Nesse contexto, é possível concluirmos que João correu. Mais do que isso, ele teve uma atitude positiva com relação à atividade realizada. Mas então por que *correr* é parte de INF se o mesmo também se dá dentro de um intervalo de tempo? Além disso, como *gostar* relaciona-se com *correr*? João gostou da atividade enquanto a estava realizando, antes de realizá-la ou depois?

Quando temos uma combinação em um conteúdo lexical com mais de um verbo que possa expressar ou ser associado a um tempo de situação, como é o caso de (26), Klein (1994) afirma ser necessário fazermos uma distinção mais clara com relação ao que está sendo veiculado pela proposição e ao modo como esse conteúdo lexical é codificado pelo tempo. Para tanto, ele propõe o princípio de *Congruência Temporal* (KLEIN, 1994, p. 172):

Temporal Congruency: A finite verb FIN, which governs a non-finite component INF, projects T(FIN) into T(INF) or, if it is a pretime verb, into the pretime of T(INF)¹⁰.

Dessa forma, ao analisarmos (26), o verbo principal e mais “alto” de (26), *gostar*, que é o componente FIN *gostou*, governa o conteúdo lexical mais “baixo”, que é o componente INF *correr*, não flexionado. Sendo assim, o TSit de *gostar*, que é T(FIN), é projetado no TSit de *correr*, que é T(INF), o que faz com que o TSit de *gostar* seja uma parte do TSit do componente INF *correr*. Isso nos mostra que, ainda que *correr* não esteja vinculado a TT, sua situação está implícita dentro da asserção, já que, de acordo com o conceito de Congruência Temporal, T(FIN) é projetado em T(INF), o que significa que T(FIN) é parte de T(INF). Portanto, ainda que INF não seja acessível a TT por uma asserção com mais de um conteúdo lexical com características temporais como (26), sua situação ainda se faz presente, podendo (mas não sendo necessário) ser explícita por contexto ou por outra asserção que vinculará INF a TT, formando outro FIN.

No entanto, isso nos leva de volta a uma das questões levantadas anteriormente que permanece sem resposta: havendo uma projeção de T(FIN) em T(INF), como é possível saber em qual parte de T(INF) essa projeção ocorre? Bem, essa é uma questão delicada, já que, de acordo com Klein (1994), isso parece fazer parte do nosso conhecimento de mundo. Entretanto, neste trabalho será defendido que a semântica desses conteúdos lexicais irá nos ajudar a estabelecer essa questão sempre que possível. Contudo, como o foco deste trabalho não é o conteúdo lexical *gostar*, *per se*, faremos uso, nesse caso, do nosso conhecimento de mundo, como já previsto por Klein (1994), de forma detalhada.

Ao afirmarmos *João gostou de correr*, existem três formas básicas de relacionarmos os dois conteúdos lexicais: ele pode ter gostado de correr antes da atividade, durante a atividade, ou depois da atividade. Obviamente, é possível também afirmarmos que sua atitude positiva com relação à atividade se estende por seu pré-tempo, TSit, e pós-tempo, ou ainda apenas por uma combinação de duas dessas possibilidades (ele pode ter gostado de correr durante e depois da atividade, antes e durante a atividade, ou ainda antes e depois da atividade). Ainda, é possível que ele tenha essa atitude positiva apenas com relação a uma parte de cada uma dessas possibilidades. Como podemos ver, existem diversas formas de relacionar os dois conteúdos lexicais. No entanto, através da asserção de (26), apenas algumas

¹⁰ Congruência Temporal: Um verbo finito FIN, que governa um componente não-finito INF, projeta T(FIN) em T(INF) ou, se este é um verbo de pré-tempo, no pré-tempo de T(INF). Tradução nossa.

delas são realmente possíveis. Por exemplo, caso quiséssemos nos referir a uma atitude positiva de João somente em relação ao pré-tempo de *correr*, (26) teria que ser diferente:

(28) João gostou da ideia de correr.

Em (28), o que está sendo expresso é que João teve uma atitude positiva em relação ao pré-tempo de correr, e nada além disso. Não fica claro se o mesmo chegou a realizar a atividade ou não, mas o que fica claro é que a relação do conteúdo lexical *gostar* está, nesse caso, relacionada apenas ao pré-tempo do conteúdo lexical *correr*. Portanto, T(FIN) é projetado no pré-tempo de T(INF). Sendo assim, fica claro que (26) não pode expressar (28) e, conseqüentemente, *gostar* não é um verbo de pré-tempo¹¹, já que apenas a vinculação de seu conteúdo lexical com outro conteúdo lexical não é suficiente para expressar essa ideia.

Por outro lado, com relação à vinculação de *gostar* ao TSit ou ao pós-tempo de *correr*, parece não haver nenhum impedimento. T(FIN) pode, aparentemente, ser projetado tanto em T(INF) quanto no pós-tempo de T(INF). Isso porque, de acordo com o nosso conhecimento de mundo, “João gostou de correr” pode ser vinculado tanto ao tempo em que João estava correndo quanto ao tempo depois de ele correr. Por exemplo, João pode ter gostado de correr em T(INF) e depois ter tido dores musculares, o que fez com que ele deixasse de ter uma atitude positiva em relação à atividade no pós-tempo de T(INF). Ou pode ser que João tenha tido uma atitude negativa durante T(INF), mas em seu pós-tempo ter percebido que, na verdade, valeu a pena, e assim passa a ter uma atitude positiva. Ainda é possível também que João tenha gostado de correr durante T(INF) e continuado com a mesma atitude positiva após o término da atividade. Como podemos ver, a vinculação de T(FIN) a T(INF) ou ao pós-tempo de T(INF) é possível e ambas podem ser veiculadas por (26), a depender da interpretação da relação de TT com T(FIN).

Já com relação a *gostar* selecionar uma parte de um desses intervalos, é possível que isso aconteça também, como podemos ver com o exemplo a seguir:

(29) João gostou de correr nos primeiros cinco minutos.

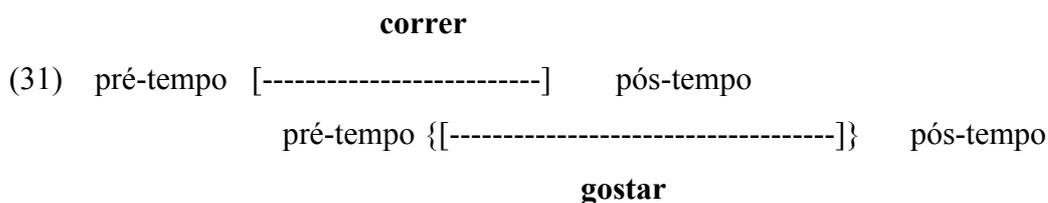
¹¹ Klein aborda em seu livro o que chamou de verbos de pré-tempo, que são verbos que projetam TT no pré-tempo de TSit. Exemplos desse tipo de verbo são planejar e pretender. Em enunciados como “João planejou correr”, o TT de planejar projeta-se no pré-tempo de correr

Em (29), a flexão de FIN permanece a mesma, mas, nesse caso, o TT é delimitado por uma expressão adverbial que marca a extensão do intervalo de tempo durante o qual João teve uma atitude positiva em relação ao evento de correr. O próprio conteúdo lexical aqui marca que a vinculação de T(FIN) a T(INF) ocorre apenas nos primeiros cinco minutos de T(INF), o que implica que, para o resto de T(INF), a mesma atitude positiva não se aplica. No entanto, essa interpretação é muito diferente da interpretação que temos em (26), que pode englobar todo o TSit da atividade, pelo que analisamos até o momento. Dessa forma, assim como em (28), para atingirmos essa interpretação selecionada, é necessário alterar (26), já que (26) por si só não consegue expressar nem (28), nem (29), o que nos permite concluir que uma interpretação de (26) como apenas uma parte de um dos três intervalos analisados (pré-tempo, TSit e pós-tempo) não é possível.

Considerando a natureza do conteúdo lexical *gostar*, sendo um conteúdo lexical que expressa uma atitude positiva perante algo, talvez seja possível afirmar, baseado no que foi analisado até o momento, que o mesmo se estende para o pós-tempo de T(INF), contanto que não haja nenhum outro conteúdo lexical acrescentado a (26) que gere uma interpretação diferente ou que o contexto não impeça essa interpretação, como é o caso do exemplo a seguir:

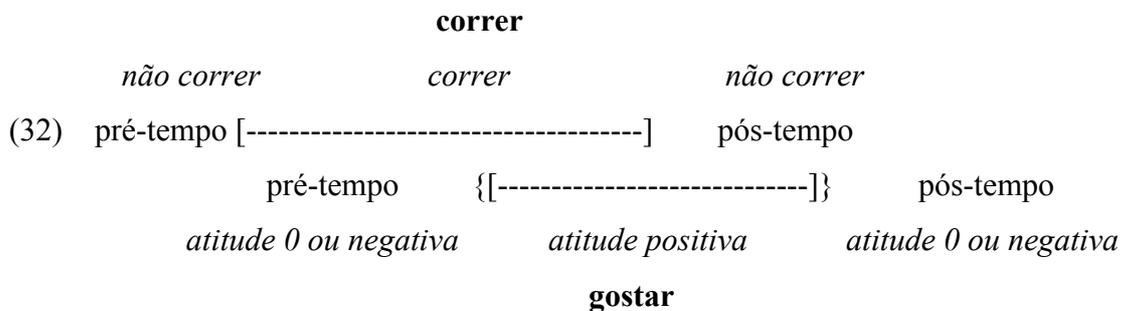
(30) João gostou de correr até terminar a corrida, quando percebeu que estava todo dolorido.

Com relação ao início da atitude positiva, como também já mencionado anteriormente, *gostar* não é um verbo de pré-tempo, portanto ao afirmarmos (26), não é possível que (26) seja interpretada isoladamente como englobando o pré-tempo de T(INF), a menos que o contexto nos force a interpretar dessa forma. Sendo assim, é possível afirmarmos que, em uma interpretação *default* de (26), o T(FIN) começa apenas depois do início de T(INF), e se estende para o pós-tempo de T(INF), como podemos ver pela representação a seguir:



No entanto, se esse é o caso, como é possível que T(FIN) seja projetado em T(INF), se T(FIN) é maior que T(INF)? Talvez seja possível entender, nesse caso, que T(FIN) *depende* de T(INF) para existir: não é possível haver uma atitude positiva com relação a uma atividade sem a mesma ter sido realizada, a menos que a atitude positiva seja com relação à *ideia* da atividade. No entanto, é possível ter uma atitude positiva com relação a uma atividade após seu término, pois a mesma já passou e a experiência foi adquirida. Dessa forma, como *gostar* é um conteúdo lexical que expressa uma atitude positiva perante algo e constitui um *estado*, de acordo com as classes de Vendler (1957), é possível que, nesse caso, T(FIN) seja maior que T(INF) devido à natureza do conteúdo lexical.

No entanto, onde se encaixa, dentro dos conteúdos lexicais complexos, a noção de contraste de TT? O interessante a ser notado, aqui, é que o contraste de TT também é relevante para essa projeção de T(FIN) em T(INF). Como ambos *gostar* e *correr* são conteúdos lexicais de 1 estado, só há contraste externo de TT em ambos. Sendo assim, como, para que seja possível haver uma atitude positiva perante um evento, o evento precisa existir e T(FIN) é projetado em T(INF), então é possível afirmar que o pré-tempo de TSit de *gostar* precisa estar vinculado ao TSit do conteúdo lexical *correr*. Portanto, (26) terá a seguinte representação:

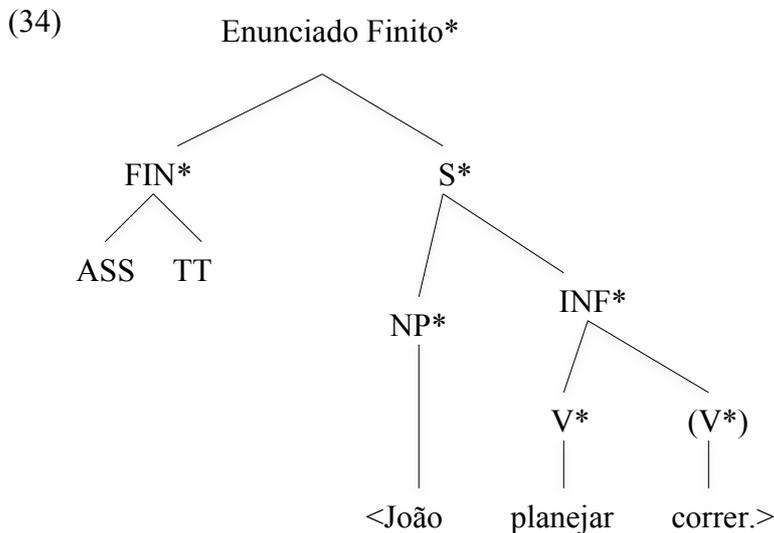


Como podemos ver, então, por essa última representação de (26), T(INF) de *correr* corresponde ao evento de correr, o pré-tempo e o pós-tempo de T(INF) correspondem a não correr, T(FIN) de *gostar* corresponde ao estado de atitude positiva perante a atividade e o pré-tempo e o pós-tempo de T(FIN) correspondem ao estado de atitude 0 ou negativa perante a atividade. Apesar de não ser claro quando T(FIN) começa, parece fazer bastante sentido que exista um TT alternativo imediatamente anterior a T(FIN) vinculado a *correr*, pois isso nos ajuda a ver como é possível que *João correu* seja acarretado por (26). Essa questão será melhor esclarecida no próximo capítulo, quando analisarmos a negação de conteúdos lexicais complexos.

Avançando, vejamos mais um exemplo de conteúdo complexo, afim de ilustrar melhor a relação entre FIN e INF:

(33) João planejou correr.

Em (33) temos, novamente, dois conteúdos lexicais com características temporais: *planejar* e *correr*, ambos conteúdos lexicais de 1 estado. De acordo com as representações de Klein (1994), a estrutura de (33) no NÍVEL* ficaria da seguinte forma (os parênteses angulados indicam o conteúdo lexical e os parênteses indicam a parte de INF* que virará INF e não se fundirá com FIN*):



Nessa estrutura, fica aparente que o V* mais alto de INF* é *planejar*. Além disso, TT é anterior a TU (TT<), portanto vinculamos esse V* para formar FIN, que é expresso por TT INCLUI/IGUAL TSit (aqui estamos fazendo a análise do perfectivo). Conseqüentemente, o resto de INF* torna-se INF, o que faz com que *correr* mantenha sua forma infinitiva.

Seguindo o conceito de Congruência Temporal, ainda é preciso, entretanto, estabelecer como T(FIN) é vinculado a T(INF). Para dar conta desta tarefa, comecemos com um contexto para (33).

Contexto de (33): Maria e Ana estão falando sobre João. João é uma pessoa sedentária que não tem o hábito de praticar exercícios físicos. No entanto, João está tentando mudar seu estilo de vida e, há pouco tempo, vem experimentando diferentes tipos de

atividades físicas. Recentemente, João resolveu tentar a corrida, por isso ele contratou um profissional que o ajudasse a aprender esta habilidade. Desde que João tomou essa última decisão, Ana não falou mais com ele. Portanto, Ana pergunta a Maria como estão as aulas de corrida de João. Maria afirma que ele já começou as aulas e está gostando de correr, inclusive, naquela mesma tarde da conversa de Ana e Maria:

(33) João planejou correr.

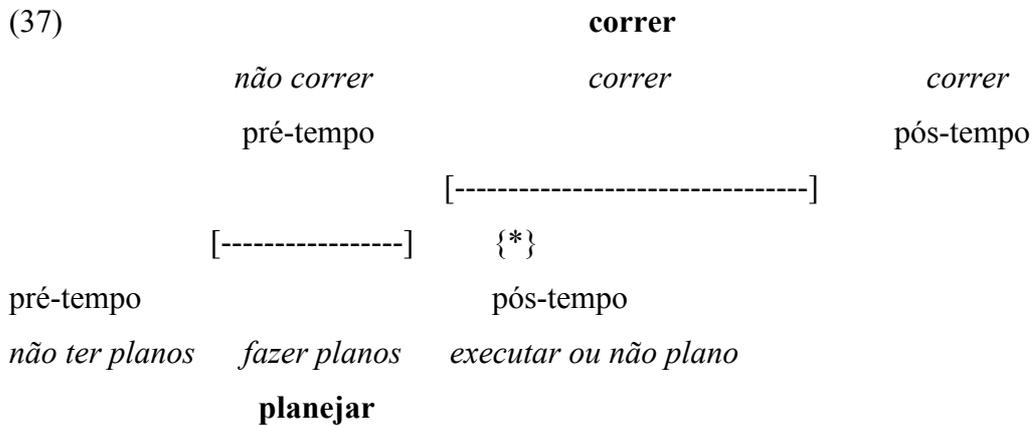
Nesse contexto, o verbo mais alto que forma FIN é *planejar* (nesse caso, temos o perfeito, com TT₀ e TT_{DEPOIS DE} TSit). Na tentativa de analisar essa asserção, considerando seu contexto, é possível afirmar que João planejar correr não acarreta que ele correu. João, nesse caso, pode ter corrido ou não, mas essa informação claramente não é acessível para as participantes do contexto de (33), caso contrário, Maria certamente teria adicionado mais informação para esclarecer a questão, tais como as seguintes continuações:

(35) João planejou correr, e me ligou agora há pouco para dizer que já terminou e está vindo para cá.

(36) João planejou correr, mas como está chovendo ele cancelou.

Aqui, diferentemente de (33), temos o uso do perfectivo. Dessa forma, apesar de T(FIN) em (35) e (36) encontrar-se em um intervalo de tempo anterior ao do momento de fala do contexto de (33), FIN não afeta T(INF). Isso se deve ao fato de, como previsto por Klein (1994) no conceito de Congruência Temporal, um conteúdo lexical como *planejar* ser um verbo de pré-tempo. Por esse motivo, T(FIN) é projetado no pré-tempo de T(INF), o que impede a acessibilidade através da asserção a T(INF). Portanto, apesar de o conteúdo lexical *correr* claramente tratar-se de um hábito adquirido por João dentro do contexto de (33) – já que ele o vem fazendo há algum tempo e isso não significa que ele corre o tempo todo –, em (33), o conteúdo lexical *correr* é interpretado como uma atividade única. Dessa forma, mesmo que possa ser o caso que João de fato correu, (33) não nos permite interpretar essa parte, pois sendo o conteúdo lexical *planejar* um verbo de pré-tempo, T(FIN) não corresponde a uma parte de T(INF), e sim ao pré-tempo de T(INF). Portanto, T(INF) encontra-se vinculado a um TT alternativo posterior a T(FIN), não acessível por (33). Sendo assim, a interpretação de que João correu através de (33) torna-se impossível. Para melhor entendermos essa explicação,

vejamos a representação de (33) dentro da linha do tempo (onde ---- representa o conteúdo lexical, os colchetes representam o TSit, as chaves representam o TT e o asterisco representa TU):



Como podemos ver pela representação em (37), o conteúdo lexical *planejar* encontra-se no pré-tempo do conteúdo lexical *correr* e o último encontra-se, conseqüentemente, no pós-tempo do primeiro. Além disso, como *planejar* é um conteúdo lexical de 1 estado, não é possível prever seu pós-tempo, então os planos realizados podem ser executados ou não. Resumindo, não há nada em (33) que nos permita afirmar que João realizou a atividade de *correr*, não sendo possível, portanto, através deste enunciado, acessar um TT alternativo vinculado ao conteúdo lexical *correr*.

Agora que temos uma boa noção de como se dá a relação de mais de um conteúdo lexical com características temporais dentro de uma mesma asserção – os conteúdos lexicais complexos – e de como o modelo de Klein (1994) lida com a relação entre tempo e linguagem, passaremos para o próximo capítulo, que aborda a negação de todos os tipos de conteúdos lexicais vistos nesse capítulo.

3 A NEGAÇÃO EM KLEIN (1994)

Após termos visto no último capítulo como cada um dos tipos de conteúdo lexical – além da combinação de conteúdos lexicais com características temporais – se comporta com relação a TT, TSit e TU, uma análise da negação de todos os tipos de conteúdos lexicais é necessária para que tenhamos um bom aparato teórico para descrever como o tempo se relaciona com a linguagem. Considerando que já vimos os pressupostos teóricos para a proposta de Klein (1994) no início do capítulo anterior, este capítulo encontra-se dividido da seguinte maneira: primeiro será abordada a negação de conteúdos lexicais de estado 0; depois, os conteúdos lexicais de 1 estado serão revisitados em face da negação; assim como os conteúdos lexicais de 2 estados em seguida; por fim, a negação dos conteúdos complexos também será analisada, para depois seguirmos para o último capítulo desta dissertação, que analisará o verbo aspectual *parar* pelo modelo de Klein (1994).

3.1 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE ESTADO 0

No início do capítulo anterior, na seção sobre os conteúdos lexicais de estado 0, já comentamos brevemente sobre a negação de um conteúdo lexical desse tipo. Retomemos um dos exemplos anteriores, revisitado em (1), para melhor ilustrar:

(1) O livro estava em russo.

Como vimos anteriormente, o recorte feito por TT aqui não dá conta de TSit: um conteúdo lexical de estado 0 descreve uma situação fixa, que se estende pela linha do tempo, ou seja, não há contraste de TT em conteúdos lexicais de estado 0. Por isso, como já mencionado na discussão desse mesmo exemplo no capítulo anterior, ao negarmos (1), estamos negando a propriedade de estar em russo do livro, e não algum intervalo de tempo no qual essa propriedade não pode ser relacionada à entidade descrita.

(2) O livro não estava em russo.

Em (2), temos uma propriedade não atribuída ao livro, que é estar em russo. No entanto, como já visto, se o livro não estava em russo no momento sobre o qual a asserção é feita, ele necessariamente nunca esteve e nem nunca estará (pelo menos não o mesmo livro): a negação correspondente ao intervalo de tempo asseverado pelo falante corresponde, também, a todos os intervalos de tempo sobre os quais o mesmo pode asseverar aquele conteúdo lexical. O mesmo não se pode afirmar com relação a conteúdos lexicais de 1 estado, no entanto, como veremos na próxima seção.

3.2 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE 1 ESTADO

Diferentemente de conteúdos lexicais de estado 0, os conteúdos lexicais de 1 estado, devido à sua característica temporária, permitem que a negação esteja relacionada a intervalos de tempos diferentes.

(3) João dormiu.

Aproveitando novamente um exemplo de uma das seções anteriores, ao negarmos (3), passamos a ter outras possibilidades de contraste com o uso da negação, sendo elas (KLEIN, 1994)¹²:

1. *contraste de estado*: *dormir* está em contraste com *acordar* e *adormecer*, dois conteúdos lexicais de 2 estados cujo SS e TS respectivamente são *dormir*;
2. *contraste de Tempo*: *dormir*, nesse caso *dormiu*, pode estar em contraste com o presente (*está dormindo*) ou com o futuro (*vai dormir*);
3. *contraste de asserção de FIN*: *dormir* descreve um estado no qual se está em contraste com um estado em que não se está (*estar acordado*).

Sendo assim, podemos ter três continuações para a negação de (3):

¹² É interessante notar que, aqui, Klein (1994) propõe outros dois tipos de negação, além da negação canônica. Apesar de o autor não fazer uso do termo, na verdade, esses outros dois tipos de negação são tipos de negação *metalinguística* (cf. HORN, 1985), enquanto que o terceiro tipo de negação identificado pelo autor trata-se da negação *default*.

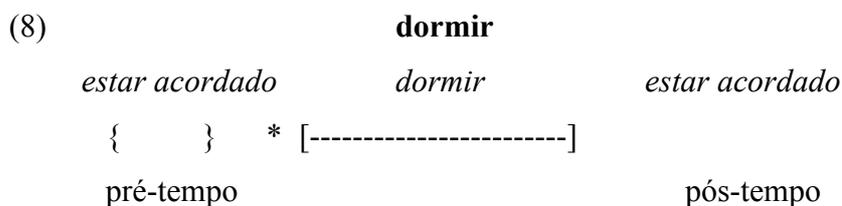
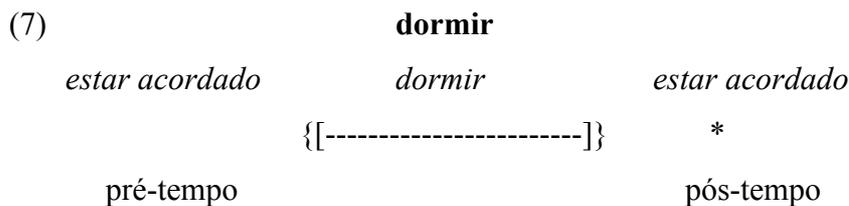
- (4) João não dormiu. Ele acordou.
- (5) João não dormiu. Ele está dormindo.
- (6) João não dormiu. Ele passou a noite toda acordado fazendo um trabalho.

Aqui, o que nos interessa é a negação *default*, portanto, o terceiro tipo. (6) nega que João tenha dormido em TT, mas deixa em aberto se o fez em algum outro intervalo de tempo (o que é muito provável, pois nenhum ser humano pode passar muito tempo sem dormir). Sendo assim, Klein (1994) defende que não é o conteúdo lexical que está sob o escopo da negação, ou mesmo seu TSit, mas sim a relação do conteúdo lexical com TT, ou, mais precisamente, FIN. Analisemos melhor (6): aqui, devido à continuação, podemos definir TT como “a noite toda”. Sendo assim, temos TT<, já que “a noite toda” sobre a qual se está falando ocorre em um intervalo de tempo anterior a TU. Mas e TSit?

Como já vimos, “TSit é simplesmente o tempo que corresponde a INF” (KLEIN, 1994, p. 3). Dessa forma, como a asserção vincula um TT ao TSit de um conteúdo lexical (em maior ou menor grau, no caso do uso de advérbios e expressões de tempo), a negação desvincula o TSit desse conteúdo lexical de TT, ou seja, dentro do TT especificado, TSit não se dá. No entanto, isso não significa que TSit não possa estar/ser vinculado a outro TT: daí a importância de contraste de TT para entendermos a negação. Não é possível negar uma asserção com relação a um TT se não houver TTs para contrastar com aquele sobre o qual a asserção é feita: ao negarmos que João dormiu, obviamente estamos desvinculando um evento do TT em questão, mas para que não neguemos de modo absoluto a eventualidade (se o fizéssemos teríamos algo como a negação de conteúdos lexicais de 0 estado), precisamos ter contraste de TT, para que seja possível o contraste de estados (João estar acordado vs. João dormir) e para que a asserção ainda possa ser feita sobre algum intervalo de tempo alternativo. Dessa forma, ao desvincularmos o conteúdo lexical de TT, estamos eliminando o contraste de TT, ou seja, estamos dizendo que não há contraste entre o TT alternativo (que corresponde ao pré-tempo de TSit que está vinculado à eventualidade que é contraparte da eventualidade que está sendo desvinculada) e o TT asseverado, já que esse TT alternativo é vinculado ao mesmo estado que o TT veiculado pela asserção, que, nesse caso, corresponde a João não dormir, portanto, João estar acordado.

Isso ocorre porque, como já vimos anteriormente, é necessário, para que haja TSit de um conteúdo lexical, um TT alternativo imediatamente anterior e um TT alternativo imediatamente posterior em que o evento veiculado pelo conteúdo lexical não se dá. Assim, a eventualidade do TT alternativo anterior (João estar acordado) estende-se para o TT

veiculado. Como o TT precisa estar vinculado a algum evento, e o evento ao qual ele estaria vinculado é negado, ele se vincula ao evento imediatamente anterior, estendendo sua duração. Por exemplo, nesse caso com o conteúdo lexical “João dormiu”, temos dois eventos em contraste: *dormir* e *estar acordado*. Ao afirmarmos que João dormiu, estamos colocando uma fronteira à direita do evento *estar acordado*, e afirmando que esse último evento não se dá dentro de TT. Agora, se negarmos que João dormiu, nós desvinculamos o evento de *dormir* de TT e, conseqüentemente, eliminamos a fronteira à direita do evento *estar acordado*, o que faz com que o evento *estar acordado* se estenda para o TT asseverado. Sendo assim, ao desvincularmos o conteúdo lexical *dormir* de TT, estamos eliminando o contraste entre pré-tempo de TSit e TSit, o que faz com que o evento vinculado ao TT alternativo imediatamente anterior, ou seja, *estar acordado*, se estenda para o TT, pois não há contraste entre um e outro. Vejamos a representação do conteúdo lexical e, em seguida, como fica sua representação quando o desvinculamos de TT:



Como podemos ver pelas representações, na afirmação temos $TT \text{ INCLUI/IGUAL } TSit$ e $TT <$. No entanto, na negação, TT encontra-se no pré-tempo de TSit, pois ao desvincularmos TT de TSit, estamos eliminando o contraste de TT, o que faz com que o evento vinculado ao TT correspondente à asserção seja igual ao evento vinculado ao TT alternativo imediatamente anterior a um TT que poderia estar vinculado a TSit. Ou seja, ao invés de TT estar vinculado a TSit, ele assume o evento do TT imediatamente anterior a TSit, que é seu pré-tempo, quando João estava acordado. É importante ressaltar, no entanto, que, com relação a TU, essa representação prevê, baseada na intuição de falante, que TU encontra-se em um intervalo de tempo em que o evento “estar acordado” se dá, pois caso TU fosse interpretado dentro do TSit de dormir, é provável que usaríamos o pretérito mais que perfeito ao invés do pretérito

perfeito para expressar (6). No entanto, essa é uma hipótese ainda não analisada e à qual não nos dedicaremos nesse trabalho, por não ser relevante para o objetivo dessa dissertação. De toda forma, como normalmente um enunciado como esse costuma ser proferido dentro de contexto, o mesmo nos permite extrair a localização de TU com mais facilidade, evitando ambiguidades ou problemas de comunicação.

Para melhor ilustrar a questão da negação, pensemos em uma situação onde (6) se encaixe. Digamos que Ana e Pedro estão conversando. Pedro comenta que está um pouco preocupado com João, que parece meio aéreo em TU ou em um intervalo de tempo imediatamente anterior a TU. Ana diz para Pedro não se preocupar, pois o motivo para isso é que

(6) João não dormiu.

Aqui, Ana não está afirmando que João nunca tenha dormido antes na vida (o que, como já comentamos, é impossível) ou ainda que exista um tempo no passado no qual João não dormiu (pois existem vários)¹³. O que Ana faz é negar que, em TT (aqui interpretado como perfeito, portanto TT₀ e TT_{DEPOIS DE TSit}) João esteja sofrendo as consequências de ter dormido, ou seja, ela seleciona um intervalo de tempo sobre o qual a asserção será feita e desvincula TSit desse TT. Como temos o uso do perfeito, o que fazemos é afirmar que, nesse TT alternativo anterior a TT, quando a ação se daria, ela não ocorre e, portanto, não há contraste de TT entre o pré-tempo de TSit, TSit e pós-tempo de TSit, onde o TT asseverado se encontra, ou seja, ao invés de termos três TTs em contraste de evento (um TT que corresponde ao pré-tempo de TSit, veiculando o evento *estar acordado*, um TT correspondente a TSit, veiculando *dormir*, e o TT asseverado que corresponde ao pós-tempo de TSit, veiculando *estar acordado*), temos três TTs vinculados ao mesmo evento, que é *estar acordado*.

Ainda que tenhamos feito nessa seção uma discussão detalhada do que acontece quando negamos um conteúdo lexical de 1 estado, o problema da negação não está solucionado: ainda temos os conteúdos lexicais de 2 estados e os conteúdos complexos a serem discutidos. Sigamos, então, para a próxima seção, onde serão analisados enunciados negativos contendo conteúdos lexicais de 2 estados.

¹³ Para melhor entender essa diferenciação, ver Partee (1973).

3.3 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS DE 2 ESTADOS

Começemos nossa análise revisitando um exemplo do capítulo anterior:

(9) João fechou a janela.

De acordo com a análise realizada no capítulo anterior, $TT_{<}$ e $TT_{INCLUI/IGUAL\ TSit}$ ou TT_0 e $TT_{DEPOIS\ DE\ TSit}$. Sendo assim, dentro de TT , TS é atingido em ambos os casos e, portanto, de acordo com Klein (1994), SS também, já que o atingimento de TS acarreta o atingimento de SS . Retomemos, também, a representação de (9) interpretada como perfeito, para fins de ilustração do que está sendo analisado e do que será analisado posteriormente:

(10)	fechar			
	[-----]++++{+*+}++++			
	pré-tempo de SS	SS	pós-tempo de SS	
		pré-tempo de TS	TS	pós-tempo de TS
	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela aberta</i>	<i>Janela fechada</i>	<i>Janela aberta</i>
		<i>ativo em</i>	<i>não ativo em</i>	

Como podemos ver em (10), temos três contrastes de TT , dois externos e um interno: pré-tempo de SS , quando a janela está aberta; SS , quando a janela está aberta e João está “ativo em” fechá-la; TS , quando a janela está fechada devido aos esforços de João e João não está “ativo em”; e pós-tempo de TS , quando a janela está aberta novamente e os esforços de João não são mais relevantes. Além disso, a representação mostra que TT encontra-se em TS e engloba TU , portanto TT_0 e $TT_{DEPOIS\ DE\ TSit}$. Vejamos, agora, a negação de (9):

(11) João não fechou a janela.

Considerando a negação *default*, i.e. contraste de FIN , assim como vimos na análise da negação de conteúdos lexicais de 1 estado, a negação nesse caso desvincula o $TSit$ do conteúdo lexical de TT . No entanto, aqui há mais do que apenas $TSit$ a ser considerado, já que conteúdos lexicais de 2 estados contêm SS e TS . Sendo assim, considerando o uso do perfeito nesse caso, é possível identificar que o que é desvinculado de TT é TS . Para que seja possível

afirmar que o evento se dá com conteúdos lexicais de 2 estados, é necessário que TS seja atingido, já que a ação é expressa justamente pelo contraste interno de TT, ou seja, pela mudança de estado. Assim como acontece com conteúdos lexicais de 1 estado, a negação, nesse caso de TT DEPOIS DE TSit, desvincula o TSit do TT imediatamente anterior ao TT asseverado, o que faz com que o TT que estaria vinculado a TSit seja vinculado ao evento vinculado ao pré-tempo de TSit. Ou seja, considerando que o TSit de <João fechar a janela>, que é *janela aberta* e João “ativo em”, encontra-se vinculado a um TT alternativo anterior ao TT asseverado, que está vinculado ao pós-tempo de TSit (TS), ou seja, *janela fechada* e João “não ativo em”, então ao negarmos (9), estamos vinculando esse TT anterior ao TT asseverado (*janela aberta*, João “ativo em”) ao evento que se dá no pré-tempo de TSit (*janela aberta*, João “não ativo em”). No entanto, diferentemente de conteúdos lexicais de 1 estado, o pós-tempo de TSit de conteúdos lexicais de 2 estados é lexicalmente previsto e, portanto, diferente em termos de evento do pré-tempo de TSit (por exemplo, tanto o evento do pré-tempo quanto o evento do pós-tempo do TSit de *dormir* é *estar acordado*). Sendo assim, quando temos a negação de conteúdos lexicais de 2 estados, que desvincula TSit de TT, temos a desvinculação, na verdade, de SS. Como, de acordo com Klein (1994), se SS não é atingido, não há como atingir TS, então o evento vinculado ao TT asseverado também é desvinculado, o que faz com que o evento do pré-tempo de SS seja assumido tanto pelo TT alternativo onde se daria SS quanto pelo TT asseverado. Portanto, ao invés de termos 2 contrastes de TT veiculados por (9) (pré-tempo de SS: *janela aberta*, João “não ativo em”; SS: *janela aberta*, João “ativo em”; TS: *janela fechada*, João “não ativo em”), teremos apenas três TTs vinculados ao mesmo evento (*janela aberta*, João “não ativo em”).

É interessante notar, no entanto, que a depender do tipo de negação, a figura pode mudar. Como vimos anteriormente com os conteúdos lexicais de 1 estado, a negação pode ter escopo sobre estado, Tempo e FIN. Entretanto, com conteúdos lexicais de 2 estados, um quarto elemento também pode estar sob o escopo da negação: o aspecto¹⁴. Dessa forma, (11) poderia ter a seguinte continuação:

(12) João não fechou a janela. Ele estava fechando a janela.

Em (12), o que vemos é a negação de aspecto: não é possível afirmar que a negação desvincula o TT do TSit do conteúdo lexical, pois, como vemos pelo exemplo, é possível

¹⁴ O contraste de aspecto, assim como o contraste de estado e o contraste de Tempo, trata-se de um tipo de negação metalinguística.

realizar a negação e ainda assim ter TSit vinculado a TT, apenas de uma forma diferente: enquanto a asserção assevera a falsidade de TT DEPOIS DE TSit, ela atesta a verdade de TT INCLUÍDO EM TSit. No entanto, o mesmo tipo de contraste não se vê com conteúdos lexicais de 1 estado, como em (13):

(13) ? João não correu. Ele estava correndo.

(13) parece um tanto estranho, já que, se João estava correndo, ele necessariamente correu. A diferença, aqui, está relacionada ao conceito de SS e TS, por isso que o contraste de aspecto funciona com conteúdos lexicais de 2 estados: em (12), o que está sendo negado é o atingimento de TS em TT. Normalmente, o que entenderíamos por uma asserção desse tipo seria que, em TT, João estava “ativo em” fechar a janela, mas a ação não foi completada, ou seja, o conteúdo lexical não atingiu TS porque João abandonou a ação durante SS. Como já vimos, Klein (1994) afirma que é possível estarmos bem dentro do SS de alguma ação sem nunca atingir o TS dessa ação, mas que se estivermos no TS de alguma ação, então devemos ter estado no seu SS antes. Se considerarmos essa afirmação para tratarmos da negação, vemos que (12) não lida apenas com contraste de aspecto, mas também com contraste de FIN. Enquanto a continuação vincula o mesmo conteúdo lexical negado na primeira parte a TT, ao fazermos a retificação de TT DEPOIS DE TSit para TT INCLUÍDO EM TSit, não estamos apenas mudando o aspecto, mas também realizando um contraste de FIN: estamos afirmando que TS não foi atingido e, no caso de conteúdos lexicais de 2 estados, isso significa que o resultado da ação não ocorre, o que faz com que o conteúdo lexical seja, em parte, desvinculado de TT. Isso é possível porque, como a única diferença entre o pré-tempo de SS e SS é a característica “estar ativo em”, o evento de *janela aberta* é o mesmo. Portanto, na verdade, a negação do perfeito em conteúdos lexicais de 2 estados é ambígua, pois TT pode assumir tanto o evento vinculado a SS, quanto o evento vinculado ao pré-tempo de SS, já que em termos de mudança no mundo, os dois são iguais e estão em contraste com o evento vinculado a TS.

No entanto, o mesmo não acontece se invertermos os aspectos de (12):

(14) João não estava fechando a janela. Ele fechou a janela.

Aqui, diferentemente de (12), temos um contraste apenas de aspecto: como a negação recai sobre TT INCLUÍDO EM TSit, o que está sendo negado é um recorte de TSit onde a ação está em desenvolvimento dentro de SS. Sendo assim, considerando o contraste de TT, se

estivéssemos lidando com a negação *default*, a mesma faria com que TT assumisse o evento já vinculado ao pré-tempo de SS, necessariamente. Porém, ao asseverarmos a continuação, estamos dizendo que TT DEPOIS DE TSit, ou seja, em TT, a janela já foi fechada e está fechada devido aos esforços de João. Portanto, não há nenhum contraste de FIN aqui, já que TSit não é desvinculado de TT, apenas alterado em relação à sua relação com TT. No entanto, o que acontece se interpretarmos a continuação de (14) como um perfectivo? Imaginemos a seguinte situação:

Contexto de (14): Maria chega em casa e a janela de seu quarto está fechada. Na rua, uma tempestade está caindo. Maria entra na sala e Ana e Pedro estão sentados no sofá. Maria pergunta a eles quem fechou a janela de seu quarto. Pedro diz que, naquela tarde, viu João fechando a janela, mas que em seguida o telefone tocou e ele correu para atender, implicando que não tem certeza se João chegou a fechar, de fato, a janela de Maria. Ana interfere na conversa e afirma:

(14) João não estava fechando a janela. Ele fechou a janela.

Aqui temos TT especificado como a tarde anterior ao contexto de (14). Portanto, TT< e TT INCLUI/IGUAL TSit, ou seja, dentro de TT, temos SS, que é *janela aberta* e João “ativo em” e TS, que corresponde a *janela fechada* e João “não ativo em”. Nesse caso, o contraste de aspecto é entre TT INCLUÍDO EM TSit e TT INCLUI/IGUAL TSit. Sendo assim, aqui fica claro, também, que, enquanto a primeira oração nega a vinculação de SS a TT, a segunda retifica a vinculação de SS e TS a TT, asseverando o contraste interno veiculado por esse conteúdo lexical.

Vejamos mais um exemplo, para melhor ilustrar a negação dos conteúdos lexicais de 2 estados:

(15) João não tirou o livro da estante.

Em (15), temos SS como *livro na estante* e João “ativo em” e TS como *livro com João* e João não “ativo em”. Com o uso do perfectivo/perfeito, dentro do que já vimos até o momento com relação a recorte de TT, SS e TS e contraste de FIN (negação *default*), sabemos que a negação, em (15), desvincula TT de TS, ou seja, TS não se dá dentro de TT. No entanto, como vimos anteriormente e de acordo com Klein (1994), o contraste de aspecto nesses casos

fica em aberto, ou seja: a negação de uma proposição flexionada no perfectivo/perfeito desvincula TS de TT, mas nada impede que SS não esteja ainda vinculado a TT, que vai de encontro às observações feitas acima em relação à ambiguidade da vinculação de TT a SS ou a pré-tempo de SS. Dessa forma, a negação *default* do perfectivo/perfeito desvincula apenas TS de TT, deixando em aberto SS. Certamente, se realizamos esse tipo de negação, costumamos interpretar TT desvinculado de TS e de SS, também. No entanto, como TS não chega a ser atingido, o livro continua na estante em TT, independente de João ter entrado em SS ou não.

A figura muda, entretanto, se o verbo encontra-se no progressivo:

(16) João não estava tirando o livro da estante.

Nesse caso, o que é desvinculado de TT é, claramente, SS, pois TT INCLUÍDO EM TSit. Como já sabemos, quando TT INCLUÍDO EM TSit, no caso de conteúdos lexicais de 2 estados, TT faz um recorte de SS, já que TSit corresponde a SS. Dessa forma, se essa negação é interpretada como contraste de FIN, então o TSit do conteúdo lexical é desvinculado do TT especificado pela asserção, fazendo com que o TT asseverado assuma o evento do pré-tempo de SS. Como TT INCLUÍDO EM TSit e, sempre que desvinculamos SS, também desvinculamos TS, então a negação do progressivo necessariamente deve ser interpretada como a desvinculação de todo o conteúdo lexical, diferentemente de quando há negação de perfectivo/perfeito, que a negação pode ter escopo apenas sobre TS, deixando SS em aberto.

Para melhor ilustrar, coloquemos (15) e (16) dentro de contextos:

Contexto de (15): Ana está sentada na sala. Maria entra e vai direto na estante. Maria pergunta para Ana se ela sabe se João tirou o livro X da estante. Ana afirma:

(15) João não tirou o livro da estante.

E informa Maria que o livro está em outra parte da estante, por isso ela não consegue encontrá-lo.

No contexto de (15), TT₀ e TT DEPOIS DE TSit, pois, se fosse o caso que João tirara o livro da estante, os esforços de João ainda seriam relevantes para TU, pois o livro não estaria na estante. Portanto, a negação desvincula TS de TT, ou seja, a negação faz com que TT

vincule-se ao evento que se dá em oposição ao evento desvinculado, portanto, *livro na estante*.

Contexto (16): Ana e Pedro estão sentados na sala. Maria entra e vai direto na estante. Maria pergunta se Pedro ou Ana sabem do livro X. Pedro afirma que viu João mexendo na estante, implicando que João, quando estava mexendo na estante, possa ter tirado o livro de lá. Ana afirma:

(16) João não estava tirando o livro da estante.

No contexto (16), temos $TT <$ e $TT_{\text{INCLUÍDO EM } TSit}$, portanto o recorte de TT tem escopo sobre SS. Como temos aqui uma negação *default*, ou seja, contraste de FIN, então a negação desvincula TT de SS e, conseqüentemente, desvincula TS de TT, também, pois, como já vimos, não é possível atingirmos TS em relação a um determinado TT se desvinculamos SS desse mesmo TT. Sendo assim, se João não estava tirando o livro da estante em TT, então, necessariamente, o livro deve estar na estante em TT.

Agora que a negação de conteúdos lexicais de 2 estados está relativamente bem definida, passemos para a negação de conteúdos complexos.

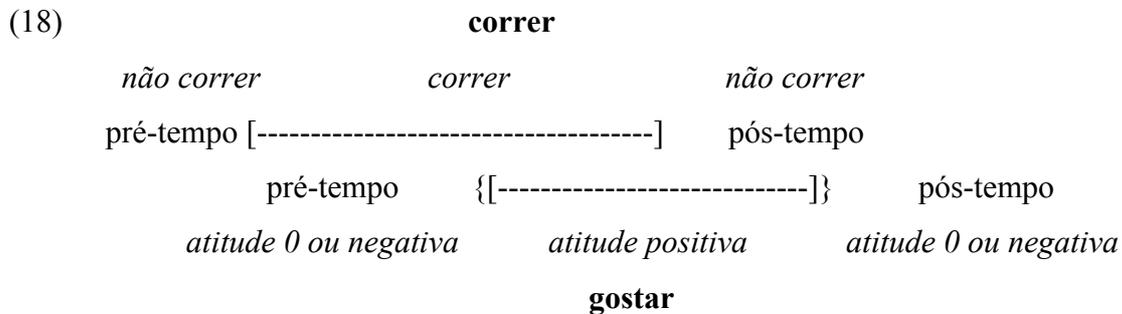
3.4 A NEGAÇÃO DE CONTEÚDOS LEXICAIS COMPLEXOS

Klein, em seu livro *Time in Language* (1994), não trata da negação de conteúdos complexos. Entretanto, ele nos dá todo o aparato necessário para lidarmos com esse tipo de conteúdo ao descrever, ainda que brevemente, como a negação se relaciona com conteúdos lexicais de estado 0, 1 estado e 2 estados, como vimos até o momento. A partir desses conhecimentos, tentemos, então, descrever a relação da negação com conteúdos complexos. Começamos revisitando um exemplo usado na seção anterior:

(17) João gostou de correr.

Como já visto anteriormente, aqui temos uma asserção com dois conteúdos lexicais com características temporais: *gostar* e *correr*. Sabemos, também, que ambos são conteúdos lexicais de 1 estado e que *gostar* corresponde a FIN (TT_0 e $TT_{\text{DEPOIS DE } TSit}$ ou $TT <$ e TT

INCLUI/IGUAL TSit) e *correr* corresponde a INF, de acordo com a regra de *TT-attachment*. Além disso, de acordo com o conceito de Congruência Temporal, T(*gostar*) é projetado em T(*correr*), como podemos ver pela representação abaixo:



Com a recapitulação feita, podemos, então, seguir para a nossa análise da negação de (17):

(19) João não gostou de correr.

Para começarmos a analisar essa negação, o foco deve ser, a princípio, o tipo de conteúdo lexical que está sendo negado. Portanto, como temos aqui dois conteúdos lexicais de 1 estado, este será o tipo de conteúdo a ser abordado.

Conforme vimos anteriormente, conteúdos lexicais de 1 estado não fazem contraste de aspecto e, como já explicitado, o que nos interessa nessa dissertação é a negação *default*. Como o próprio nome já diz, a negação que nos interessa diz respeito a contraste de *FIN*. Anteriormente, essa informação não era tão relevante, mas agora que temos mais de um conteúdo lexical com características temporais, isso passa a ser essencial para nossa análise, pois o próprio nome já nos indica que a negação terá escopo sobre *FIN* e, portanto, não sobre *INF*. Dessa forma, quando analisamos (19), vemos que o que está sendo negado é o conteúdo lexical *gostar*, e não *correr*, já que o primeiro é o verbo mais alto que se funde com *TT* para formar *FIN* e o último torna-se *INF*. Mas o que, exatamente, isso quer dizer? Por que a negação não pode ter escopo sobre ambos *FIN* e *INF*?

Para melhor entendermos essas questões, retomemos o contexto de (17) para nos ajudar a ilustrar (19):

Contexto de (19): Maria e Ana estão falando sobre João. João é uma pessoa sedentária que não tem o hábito de praticar exercícios físicos. No entanto, João está tentando mudar seu estilo de vida e, há pouco tempo, vem experimentando diferentes tipos de

atividades físicas. Recentemente, João resolveu tentar a corrida, por isso ele contratou um profissional que o ajudasse a aprender esta habilidade. Sua primeira aula foi no dia anterior ao da conversa de Maria e Ana. Ana pergunta a Maria o que João achou de sua primeira aula. Maria responde:

(19) João não gostou de correr.

Assim como acontece com (17), o contexto mostra que, apesar da negação, ainda é possível afirmarmos que João correu. No entanto, ao contrário de (17), nesse caso, João não teve uma atitude positiva com relação à atividade realizada. Isso nos mostra que a negação de um conteúdo complexo desvincula o conteúdo lexical mais alto de TT, que é o que forma FIN, mas não afeta INF, ou seja, não afeta o conteúdo lexical *correr* com relação a TT.

Quando negamos que “João gostou de correr”, estamos desvinculando o TSit do conteúdo lexical de TT, ou seja, estamos informando que não é o caso que aquele conteúdo lexical se dá em TT, seja qual for o tipo de vinculação estabelecida para o caso, já que o conteúdo lexical *gostar* trata-se de um conteúdo lexical de 1 estado, portanto, sem contraste de aspecto. Sendo assim, o que negamos é a atitude positiva de João com relação à atividade. Aqui, no entanto, diferentemente da análise que fizemos do conteúdo lexical de 1 estado *dormir*, não fica claro, ao desvincularmos TSit de TT, ao que TT passa a ser vinculado com relação à atitude, já que a contraparte do conteúdo lexical *gostar* pode ser tanto uma atitude neutra quanto uma atitude negativa. Baseado na intuição de falante, parece que TT passa a ser vinculado à contraparte que corresponde a uma atitude negativa, mas essa questão vai além do que essa dissertação se propõe a abordar. Portanto, ainda que a contragosto, deixaremos essa questão em aberto por ora, focando em outro evento que continua vinculado a TT, mesmo com a desvinculação do TSit de *gostar* do TT asseverado, que é INF *correr*.

Como já vimos no capítulo anterior em relação aos conteúdos complexos, para que seja possível haver uma atitude positiva perante um evento o evento precisa existir, caso contrário a atitude positiva se dá em relação à *ideia* do evento. Como T(FIN) é projetado em T(INF), então é possível afirmar que o pré-tempo de TSit de *gostar* precisa estar vinculado ao TSit do conteúdo lexical *correr*. Sendo assim, ao desvincularmos o TSit de *gostar* do TT asseverado, nós eliminamos o contraste de TT com relação à atitude positiva, mas como o TSit de *correr* está vinculado tanto ao TSit de *gostar* quanto ao seu pré-tempo, TT permanece vinculado ao TSit de *correr*, já que *correr* é INF e INF não é afetado pela negação, já que seu TSit não é o mesmo TSit de FIN, além de INF não estar vinculado a TT diretamente. Dessa

forma, ao afirmarmos (19), estamos desvinculando a atitude positiva de João com relação a INF do TT, mas não estamos negando a existência de INF, pois INF não está associado ao TT, portanto não pode ser desvinculado. Por esse motivo, ainda teremos a *pressuposição* do evento *João correu*, mas que pode ser negado, também, não causando qualquer tipo de incongruência, como podemos ver pela adição de uma continuação a (19):

(20) João não gostou de correr porque ele não correu.

Nesse caso, temos a negação de “INF”. Entretanto, como podemos ver pelo exemplo, é necessário uma continuação que explicita a vinculação de INF a um TT, gerando FIN na segunda oração, e que negue esse FIN, o que desvincula o TSit do conteúdo lexical *correr* de TT, vinculando o TT asseverado ao evento do pré-tempo de TSit de *correr*, que é *não correr*.

O interessante deste caso é que, como a negação de INF (que é FIN na segunda oração) também desvincula FIN de TT, essa análise vai perfeitamente ao encontro do conceito de Congruência Temporal formulado por Klein (1994), já que T(FIN) é projetado em T(INF). Portanto, se a existência de T(INF) é negada, T(FIN) também necessariamente será negado, pois não há espaço para T(FIN) se projetar. Essa análise nos mostra que INF necessariamente não é afetado pela negação de FIN, já que, para negar INF, é necessário vinculá-lo a um TT, formando uma oração onde INF torna-se FIN.

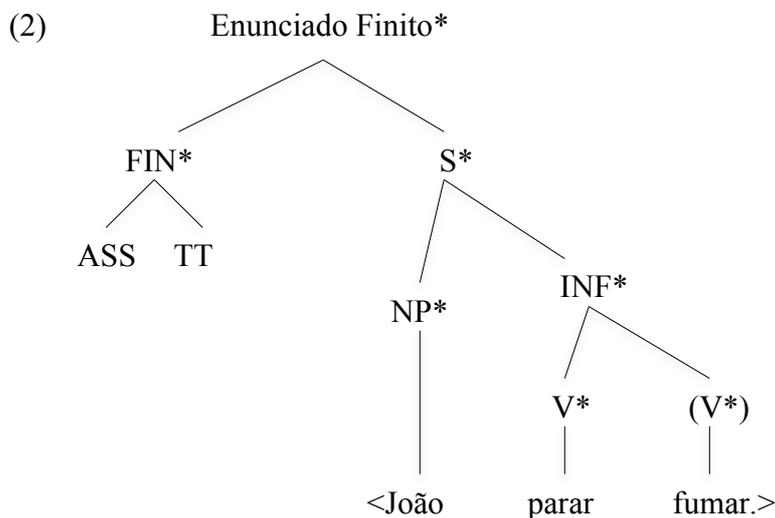
Agora que temos uma boa base de análise de todos os tipos de conteúdo lexical e de suas negações, passemos para o próximo capítulo desta dissertação, onde aplicaremos todos os conhecimentos adquiridos neste capítulo ao verbo aspectual *parar*, um conteúdo lexical de 2 estados, para tentar explicar o problema da projeção de pressuposição em enunciados negativos com esse tipo de verbo.

4 SOLUÇÃO PARA O VERBO “PARAR”

Ao longo dos últimos dois capítulos, as propostas de Klein (1994) para a codificação do tempo na linguagem foram apresentadas. Analisamos todos os tipos de conteúdos lexicais no capítulo 2 e suas negações no capítulo 3. Tomando por base a análise feita até o momento, esta dissertação propõe-se, nesse capítulo, a analisar o verbo aspectual *parar* de acordo com o modelo de análise proposto por Klein (1994). Portanto, vejamos o que acontece com um enunciado como o do exemplo a seguir:

(1) João parou de fumar.

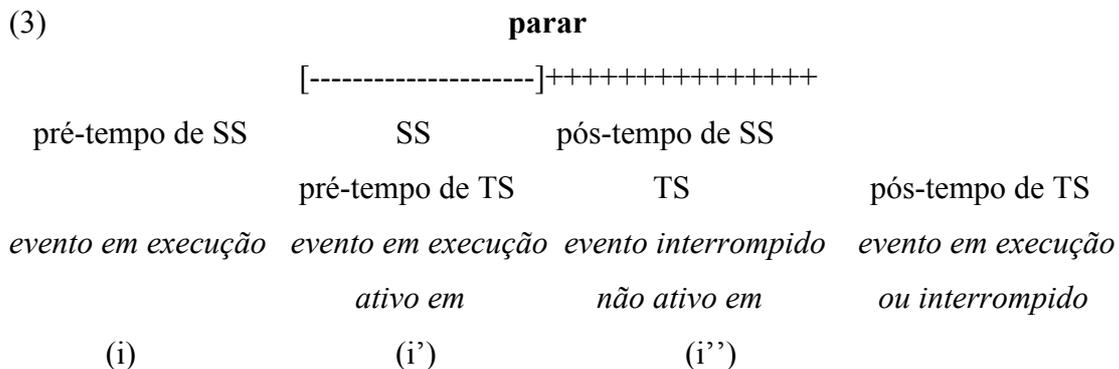
Nesta proposição, temos o conteúdo lexical <João *parar de fumar*>, que se trata de um conteúdo complexo com mais de um conteúdo lexical com características temporais. Esses dois conteúdos lexicais são *parar*, de 2 estados, e *fumar*, de 1 estado. Dessa forma, se formos representar de acordo com o NÍVEL* proposto por Klein (1994), teríamos a seguinte representação:



Agora, como já vimos no capítulo anterior, o V* mais alto de INF*, ou seja, *parar*, de acordo com a definição de *TT-attachment*, funde-se com FIN*, formando FIN, enquanto que o restante de INF* torna-se INF. Logo, temos nosso FIN e INF definidos para aplicarmos o conceito de Congruência Temporal: o verbo mais alto FIN *parou* governa INF *fumar*, projetando T(FIN) em T(INF).

No entanto, diferentemente do que nos foi apresentado até o momento em relação a conteúdos complexos com os conteúdos lexicais *gostar* e *planejar*, ambos de 1 estado, *parar*, como já mencionado, trata-se de um conteúdo lexical de 2 estados, o que faz com que nossa análise tenha que ser diferente do que foi feito nos capítulos anteriores. Além disso, *gostar* tem seu T(FIN) projetado, se não explicitado de outra forma com o uso de algum advérbio ou expressão temporal, a todo o T(INF) da atividade após seu início, ou seja, T(FIN) não é limitado por sua semântica a ser projetado em uma parte específica de T(INF). Porém, diferentemente de *gostar*, o T(FIN) de *parar* não pode ser projetado em toda a extensão de T(INF) de *fumar* por ser, de acordo com as classes de Vendler (1957) e Bertucci (2011), um verbo de *achievement*, i.e. [-fase] e [+télico], enquanto *gostar* trata-se de um estado por ser [-fase] e [-télico].

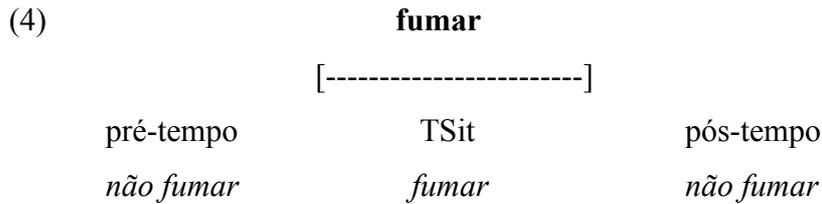
Como já vimos anteriormente que qualquer conteúdo lexical com a característica [+télico] trata-se de um conteúdo lexical de 2 estados, entende-se que o conteúdo lexical *parar* não é uma exceção. Sendo assim, Klein (1994) afirma que, no caso de conteúdos lexicais de 2 estados, o estado relevante para marcar aspecto é o SS, no caso do PB e do inglês, pelo menos. Justamente por esse motivo, a representação formal de *parar* deve prever SS, já que esse é o momento em que o sujeito estará “ativo em”, como podemos ver pela representação de *parar* dentro da linha do tempo:



Sendo assim, se colocarmos os intervalos de tempo previstos na definição de interrupção de eventos nos termos de Klein (1994), teremos que *i* corresponde ao pré-tempo de SS, *i'* corresponde a SS e *i''* corresponde ao pós-tempo de SS, ou a TS. É interessante notar, entretanto, que o pós-tempo de TS não é previsto na definição de interrupção de evento, o que reforça a ideia de Klein (1994) quanto à seleção de SS para marcar aspecto.

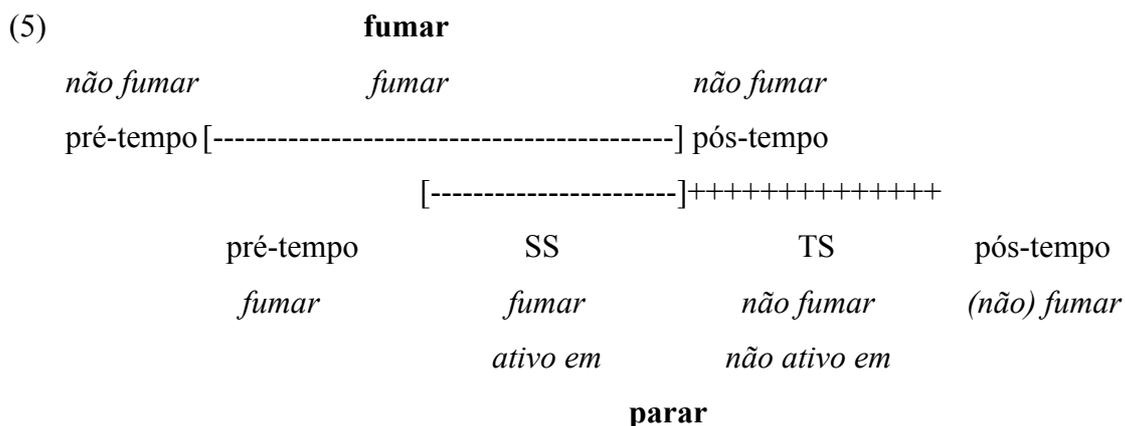
Com relação a *fumar*, no entanto, temos um conteúdo lexical de 1 estado, ou, de acordo com as classes de Vendler (1957), temos um verbo de atividade com as características

[+fase] e [-télico]. Dessa forma, a representação de acordo com Klein (1994) para esse conteúdo lexical seria algo do seguinte tipo:



Como podemos ver em (4), *fumar* possui um pré-tempo e um pós-tempo de TSit, onde a atividade não se dá, além de seu TSit *per se*. Este conteúdo lexical pode ser tratado, também, como um hábito, que, dentro de uma representação como (4), se dará diversas vezes ao longo da linha do tempo, cada uma com seu próprio TSit. Entretanto, isso não nos impede de usar a representação em (4) para o hábito de fumar: a diferença será que, dentro de TSit, existem tanto momentos em que se está propriamente fumando quanto momentos em que não se está.

Por esse motivo, tratando de *fumar* como um hábito, ainda que o mesmo continue sendo um conteúdo lexical de 1 estado, ou seja, com um momento de início e um momento de fim, sua fronteira à direita passa a ser mais difícil de determinar. Dessa forma, quando juntamos *parar a fumar*, estamos delimitando essa fronteira, de modo que fique explícito dentro do contexto que o pós-tempo do TSit de *fumar* é atingido. Portanto, podemos afirmar que, ao juntarmos esses dois conteúdos lexicais, *parar* é um subevento de interrupção de *fumar*, como previsto anteriormente pela definição de interrupção de evento proposta por Bertucci (2011) e como podemos ver com a representação a seguir:



Devido à natureza do conteúdo lexical *parar* em contraste com conteúdos lexicais de 1 estado que denotam atitudes proposicionais, como já mencionado anteriormente, um verbo aspectual, quando vinculado a outro conteúdo lexical, não pode ter T(FIN) projetado em toda a extensão de T(INF), ou mesmo em uma parte qualquer do mesmo. No caso de *parar*, por veicular a interrupção de um evento, o mesmo deve ser projetado junto à fronteira à direita de T(INF),

pois, nesse caso, é o próprio T(FIN) que estabelece essa fronteira. Do contrário, T(FIN) veicularia um tipo diferente de fenômeno. Por exemplo, se T(FIN) fosse projetado na fronteira à esquerda de T(INF), o que seria veiculado é o *onset* de um evento (cf. BERTUCCI, 2011). O problema é que o *onset* de um evento não pode ser veiculado por *parar*, pois o verbo que o veicula é *começar*. Dessa forma, como podemos ver, os verbos aspectuais devem ter T(FIN) projetado numa parte específica de T(INF) para que haja uma correspondência entre o que está sendo veiculado pelo enunciado e o que de fato acontece em relação ao evento.

Tendo em vista a representação em (5), vale a pena, também, pontuar o contraste de TT dentro de um enunciado com esses dois conteúdos lexicais. É possível perceber com a representação que, primeiramente, existe um contraste de TT entre o pré-tempo de *fumar* e seu TSit. Dentro disso, então, há um contraste de TT entre o pré-tempo do SS de *parar*, que encontra-se dentro do TSit de *fumar*, e o SS de *parar*, que também está dentro do TSit de *fumar*. Esse contraste diz respeito a “estar ativo em”, já que é esse fenômeno que marca o início da vinculação do conteúdo lexical *parar* a TT. Tanto o pré-tempo de SS quanto o SS de *parar* estão projetados em T(INF), mas mesmo assim existe um contraste de TT entre os dois, já que no primeiro não temos “estar ativo em”, mas no segundo, sim. Para melhor ilustrar essa condição, vejamos dois contextos em que *fumar* passa de TSit para pós-tempo de TSit, um em que o conteúdo lexical *parar* veicula esta transição, e um em que essa transição acontece de forma espontânea, sem o contraste de TT com relação a “estar ativo em”:

Contexto de (6): Maria e Ana estão conversando sobre João. João fumava há anos e ultimamente andava com problemas de saúde. Maria pergunta a Ana como João está e se ele ainda fuma. Ana responde:

(6) João não fuma mais. Ele parou.

Contexto (7): Maria e Ana estão conversando sobre João. João fumava há anos e ultimamente andava com problemas de saúde. Maria pergunta a Ana como João está e se ele ainda fuma. Ana responde:

(7) João não fuma mais. Ele morreu.

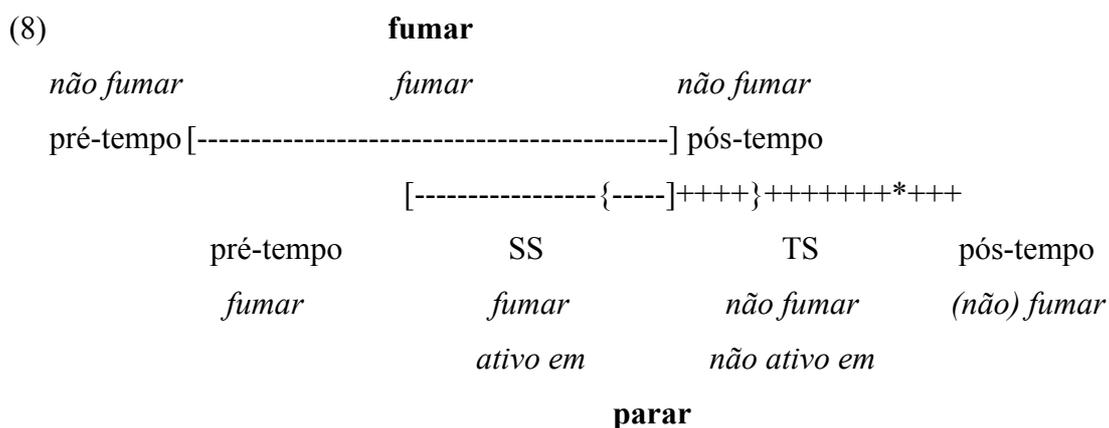
Como podemos ver, ambos os contextos contêm a mesma resposta inicial: uma afirmação negativa (cf. KLEIN, 1994) que vincula o TT ao pós-tempo do conteúdo lexical

fumar. A diferença, aqui, encontra-se nas continuações. Na primeira, temos uma continuação com o uso do conteúdo lexical *parar*, que indica que, dentro do TSit de *fumar*, há um contraste de TT onde João fuma em TT₁ e João fuma, mas está “ativo em” *parar* em TT₂, portanto, a primeira parte de (6), na verdade, também vincula o TT ao TS de *parar*. No entanto, na segunda continuação, João morreu, portanto aqui ele também fumava antes e não fuma mais. A diferença é que, dentro do TSit de *fumar*, não há contraste de TT onde, em um segundo momento, o TSit de *parar* possa ser projetado, pois em nenhum momento dentro do TSit de *fumar* João passou de um TT onde ele fumava, para um TT onde ele fumava e estava “ativo em” *parar*. Dessa forma, não parece muito coerente afirmar que João parou de fumar quando ele morreu, pois João nunca esteve “ativo em” *parar* propriamente. O que temos neste segundo contexto é a transição pura de TSit para o pós-tempo de TSit de *fumar*.

Retomando aqui a questão dos contrastes de TT, então, teremos, primeiramente, um contraste de TT do pré-tempo de TSit para TSit de *fumar*, então dentro do TSit de *fumar* teremos o contraste de TT entre o pré-tempo de SS e SS de *parar* e, por fim, teremos um contraste de TT de SS para TS de *parar* e de TSit para pós-tempo de TSit de *fumar*. Feitas essas considerações, retomemos, agora, o exemplo do início da seção:

(1) João parou de fumar.

Como já visto anteriormente através da representação de NÍVEL*, sabemos que FIN corresponde ao conteúdo lexical *parar* e INF corresponde a *fumar*. Como já vimos, também, quando há a junção desses dois conteúdos lexicais, T(FIN) é projetado na fronteira à direita de T(INF), causando a interrupção de T(INF), que passa de TSit para pós-tempo de TSit. Vejamos, então, o que acontece quando adicionamos TT à representação e interpretamos (1) como perfectivo:



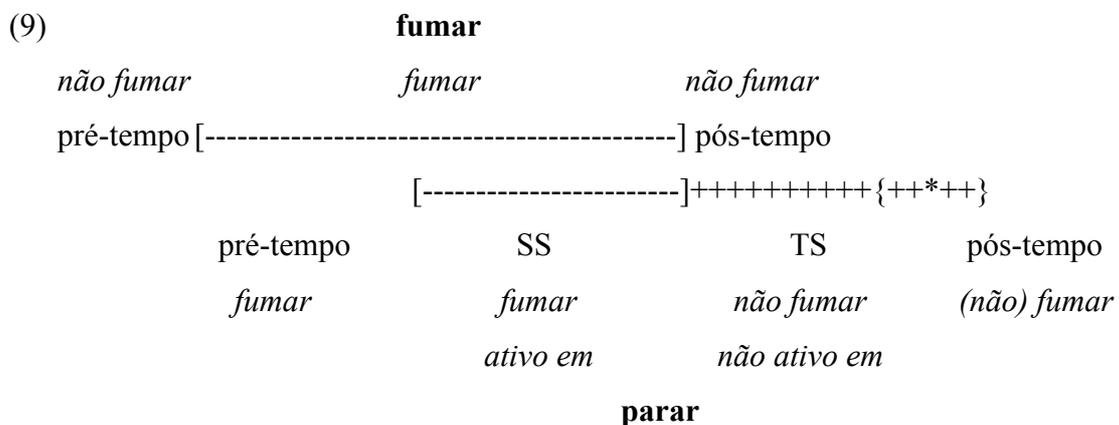
Como podemos notar com base nas discussões realizadas no segundo capítulo, considerando que o TT nessa representação inclui SS e TS, temos $TT <$ e $TT_{INCLUI/IGUAL} TS_{sit}$, ou seja, TT representa um recorte do conteúdo lexical de 2 estados *parar* onde a ação ocorre por completo e encontra-se num intervalo de tempo anterior a TU. Em TT, João fumava e estava “ativo em” parar de fumar, e João não fuma mais porque parou. No entanto, tudo isso ocorre antes de TU, que é interpretado como dentro de TS, onde João não fuma. Pensemos na seguinte situação:

Contexto de (1a): duas pessoas, Ana e Pedro, estão conversando sobre uma viagem que Pedro fez com um outro amigo, João, no verão anterior. Pedro conta para Ana sobre essa viagem e tudo o que fizeram durante aquele tempo. Quando Pedro termina de narrar suas aventuras, Ana, então, pergunta se aquilo foi tudo o que aconteceu de interessante durante a viagem. Após pensar um pouco, Pedro acrescenta:

(1a) João parou de fumar.

Aqui, como podemos ver, TT é anterior a TU e descreve todo o evento, englobando tanto SS quanto TS, já que o TT trata-se do período da viagem de Pedro e João. Entretanto, considerando que a viagem aconteceu em um momento anterior à conversa e Pedro não comenta mais nada com relação a João, não é possível saber se João não fumar se estende a TU, ainda que nossa leitura preferencial nos faça interpretar que é esse o caso. Ainda assim, o contexto e a asserção deixam em aberto o que se dá em TU, já que TT não inclui TU.

No entanto, (1) também pode ter uma segunda interpretação, mais comum inclusive, que é a do perfeito, representada a seguir:



Nessa representação, TT é posterior a TSit (TT _{DEPOIS DE} TSit) e abrange TU (TT₀). Nesse caso, TT encontra-se no TS do conteúdo lexical de 2 estados *parar*, ou seja, João não fumar porque parou ainda é verdadeiro dentro do recorte feito por TT, que refere-se a TU. Consideremos a seguinte situação:

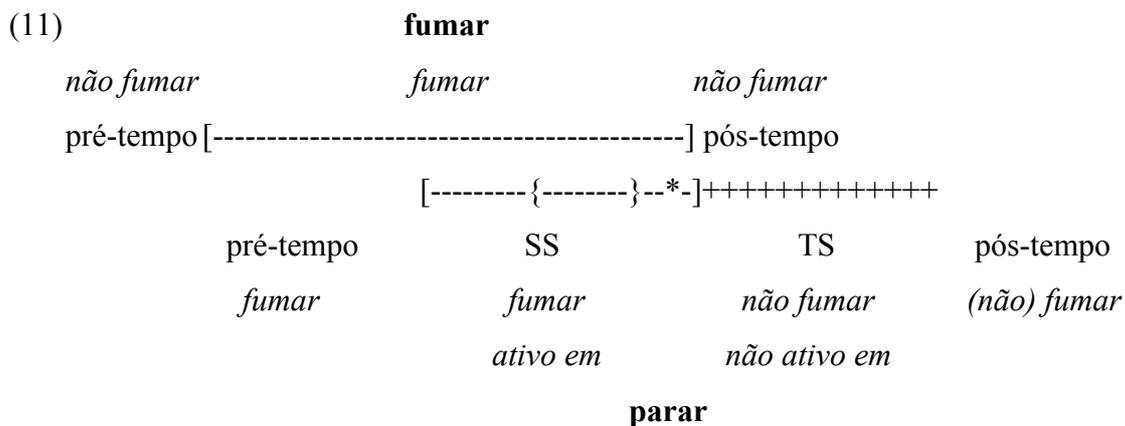
Contexto de (1b): Ana, Maria e João estão em uma festa. João é fumante e Ana e Maria sabem disso. Ana não vê João fumar nenhum cigarro desde que o viu naquela noite. Ana, intrigada, pergunta a Maria o que há com João, pois ele não fumou nenhum cigarro a noite inteira. Maria responde:

(1b) João parou de fumar.

Nesse caso, como podemos ver, TT é igual a TU e recorta o TS do conteúdo lexical. Se João não tivesse parado de fumar, ele estaria fumando na festa, e Ana não teria motivos para achar a situação estranha e perguntar para Maria sobre João. Por esse motivo, a leitura do perfeito é aplicada, pois TU é afetado pela decisão de parar de fumar de João, o que faz com que TT esteja localizado em TS.

Por fim, vejamos como fica a análise e a representação do enunciado se o alterarmos para o imperfeito:

(10) João estava parando de fumar.



Como já mencionado, o conteúdo lexical desse enunciado encontra-se flexionado no imperfeito, portanto TT _{INCLUÍDO EM} TSit. Além disso, a situação ocorre antes de TU, ou seja, TT<. Como vimos nos capítulos anteriores, de acordo com Klein (1994), as línguas

selecionam um dos dois estados (SS ou TS) e o tratam como o estado relevante para aspecto. Dessa forma, o TSit de um conteúdo lexical de 2 estados corresponde a SS. Portanto, quando temos o imperfectivo, TT necessariamente deve estar vinculado somente a SS, que é o TSit do conteúdo lexical. Se analisarmos (10), veremos que, claramente, João está “ativo em” parar de fumar em TT. No entanto, isso não significa que ele não fuma mais em TT, pelo contrário. Como TT INCLUÍDO EM TSit, TT ainda não atingiu TS, portanto João necessariamente ainda fuma. Dessa forma, por mais que o mesmo esteja “ativo em” parar de fumar, pode ser que, em algum momento posterior a TT, algo aconteça e João deixe de estar “ativo em” parar de fumar e continue fumando normalmente, o que significa que ele entrou em SS, mas nunca chegou a atingir TS, ou seja, TS não se realiza, pelo menos não até TU. Vejamos um exemplo de contexto que nos permita ilustrar tal situação:

Contexto de (10): Ana e Maria estão conversando sobre João. João é fumante e, nos últimos tempos, teve alguns problemas de saúde devido ao cigarro. Ana pergunta a Maria se ela falou com João ultimamente e como está sua situação. Maria afirma que falou com ele na semana anterior e que ele estava melhor, e continua:

(10) João estava parando de fumar.

Nesse contexto, fica claro que o momento da conversa é posterior ao momento sobre o qual Ana e Maria estão falando (o momento que Maria falou com João pela última vez, na semana anterior). Em TT, João ainda não tinha parado de fumar. Ele estava “ativo em” parar e, como Maria realiza a afirmação no imperfectivo, parece ficar claro que a mesma não sabe se João atingiu TS após TT até o momento de sua conversa com Ana (TU). Portanto, quando temos o imperfectivo com o conteúdo lexical *parar*, o sujeito encontra-se “ativo em” e ainda realizando a ação, sem que TS seja atingido.

Para concluir a análise da combinação dos conteúdos lexicais *parar* e *fumar*, é importante notar que, entre os três aspectos analisados para o conteúdo lexical <João parar de fumar>, em nenhum deles TT é vinculado a *fumar*, ou seja, enquanto que em todos eles, a depender do aspecto usado, *parar* era modificado e podia, ou não, veicular o conteúdo lexical como um todo ou apenas em parte, *fumar* sempre estava presente da mesma forma (João fumava). Isso se deve ao fato de que, não importando em que estado encontra-se o conteúdo lexical *parar* em relação a TT, é necessário que João sempre esteja fumando no pré-tempo de SS de *parar* para que seja possível ele entrar no estado de “estar ativo em”, ou seja, é

necessário que exista um TT alternativo, imediatamente anterior ao TT veiculado pela oração, quando a atividade está sendo realizada, pois só então poderá haver contraste de TT ao ponto de o TT veiculado pelo enunciado ser atingido, possibilitando a vinculação desse último TT ao conteúdo lexical *parar*. Se não há esse TT alternativo quando o evento de *fumar* se dá, não há como vincular *parar de fumar* ao TT do enunciado. É importante apontar, também, que esse TT alternativo não é veiculado pelo enunciado com *parar*, já que cada oração só pode veicular um TT. Portanto, é possível *pressupor* o TT alternativo – de fato, é necessário *acarretá-lo* –, mas esse TT alternativo não é veiculado explicitamente pela oração, pois a oração já está veiculando o TT vinculado ao conteúdo lexical *parar*. Feitas essas considerações, vejamos, agora, como esse conteúdo complexo comporta-se junto à negação.

4.1 A NEGAÇÃO DO VERBO “PARAR”

Ao longo desta dissertação, viemos analisando todos os tipos de conteúdos lexicais e suas negações. Por fim, a análise do conteúdo lexical complexo *parar de fumar* foi realizada. A partir de agora, levando em consideração tudo o que já foi apresentado até o momento sobre o conteúdo lexical *parar* e sobre a negação de conteúdos lexicais, faremos a análise da negação de *parar* para tentar chegar a uma proposta de solução para o problema da projeção de pressuposição em enunciados negativos com verbos aspectuais. Para tanto, apenas a negação canônica será abordada nessa análise, ou seja, estaremos aqui lidando apenas com contraste de FIN, como apresentado no capítulo anterior. Entretanto, por vezes, contraste de aspecto poderá ser inserido na análise para melhor ilustrar a análise de contraste de FIN. Feitas tais considerações, comecemos com a negação de (1), apresentado na seção anterior:

(12) João não parou de fumar.

Como bem sabemos, essa oração pode ter duas interpretações de aspecto: perfectivo ou perfeito. De qualquer forma, o que está sendo desvinculado de TT, aqui, é TS, já que, se interpretarmos como perfectivo, TT_{INCLUI/IGUAL} TSit, o que engloba TS, e, se interpretarmos como perfeito, TT_{DEPOIS DE} TSit, o que coloca TT dentro de TS. Se TS é desvinculado de TT, então TS não é atingido. No entanto, nada impede que SS tenha ocorrido em um TT alternativo. Vejamos dois contextos, um com o perfectivo e um com o perfeito, para melhor ilustrar esta situação, começando com o perfectivo:

Contexto de (12a): Ana e Maria estão conversando sobre a viagem que Maria fez com João, um amigo, durante as férias. Ana comenta com Maria que ficou sabendo que João parou de fumar durante essa viagem e questiona Maria para saber se a informação é verdadeira. Maria informa que a informação é falsa:

(12a) João não parou de fumar.

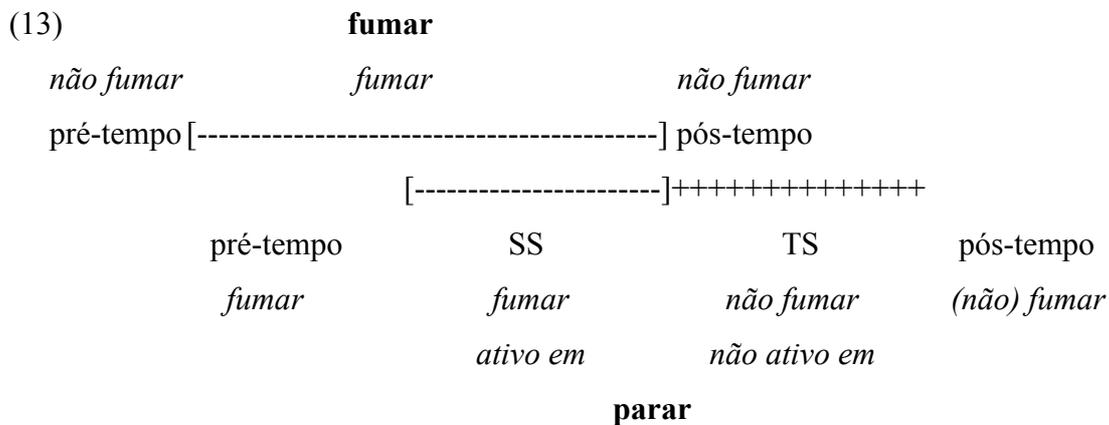
Contexto de (12b): Ana e Maria estão em uma festa com seu amigo, João, que é fumante. Ana comenta com Maria que não viu João fumar nenhum cigarro a noite inteira e que, da última vez que o vira, alguns dias antes, ele também não fumou. Ana pergunta a Maria se João parou de fumar. Maria diz que João está tratando uma infecção na garganta, portanto não está fumando. Maria acrescenta afim de esclarecimento:

(12b) João não parou de fumar.

Como podemos ver nesses dois contextos apresentados, no primeiro, $TT <$ e $TT_{INCLUI/IGUAL\ TSit}$, já que TT é o intervalo de tempo em que a viagem ocorreu e engloba tanto SS quanto TS , e, no segundo, TT_0 e $TT_{DEPOIS\ DE\ TSit}$, já que TT corresponde ao momento de fala (TU) e o evento se dá antes de TT , portanto TT e TU estariam localizados, se não pela negação, em TS . Como o enunciado é negativo e estamos lidando com contraste de FIN , a negação aqui desvincula o conteúdo lexical, nesse caso SS e TS no primeiro contexto e TS no segundo, de TT . No entanto, como é possível notar pelos contextos, ainda que a asserção negue que João tenha parado, João fumar não é negado, pelo contrário: se João não parou, nossa interpretação é de que ele ainda fuma, e se ele ainda fuma, é porque ele fumava.

Considerando o conceito proposto por Klein (1994), de Congruência Temporal, sabemos que $T(FIN)$ é projetado em $T(INF)$, aqui *parar* e *fumar*, respectivamente. Sabemos, também, como visto na seção anterior, que $T(FIN)$ é projetado junto à fronteira à direita de $T(INF)$, devido à natureza semântica do conteúdo lexical *parar*, explicitada pela semântica de Bertucci (2011). Sendo assim, quando combinamos esses dois conteúdos lexicais e projetamos $T(FIN)$ em $T(INF)$, temos o $TSit$ de *parar* dentro do $TSit$ de *fumar*. No entanto, $T(INF)$ não é veiculado pelo TT da asserção justamente por fazer parte de INF e não de FIN , ou seja, $TSit$ de *fumar* não é vinculado à asserção. Ainda assim, isso não significa que o $TSit$

de *fumar* não esteja vinculado a um TT, pois se não estivesse, não seria possível afirmar que João parou de fumar, já que para ele parar, é necessário que ele fume em um TT anterior ao TT sendo veiculado pela asserção. Dessa forma, é preciso prever um TT alternativo, anterior ao TT da asserção (e, no caso do perfeito, anterior ao TT no qual se dá o TSit do conteúdo lexical), em que T(INF) ocorre, já que, a partir desse TT alternativo, teremos o contraste com o TT asseverado ao qual será vinculado o conteúdo lexical *parar*. Retomemos, aqui, a representação da combinação desses dois conteúdos lexicais, sem considerar a asserção e, portanto, o TT asseverado por ela:



Como já mencionado na seção anterior, temos aqui os seguintes contrastes de TT: primeiramente, um contraste externo de TT do pré-tempo de TSit (*não fumar*) para TSit de *fumar* (*fumar*); depois, dentro do TSit de *fumar* teremos o contraste externo de TT entre o pré-tempo de SS (*fumar*) e SS de *parar* (*fumar* e estar “ativo em”); e, por fim, teremos um contraste interno de TT de SS (*fumar* e estar “ativo em”) para TS (*não fumar* e não estar “ativo em”) de *parar* e um contraste externo de TSit (*fumar*) para pós-tempo de TSit de *fumar* (*não fumar*). Dessa forma, como podemos ver, existe um TT alternativo, imediatamente anterior ao TT vinculado ao conteúdo lexical *parar*, em que o TSit de *fumar* se dá, que também corresponde ao pré-tempo de SS de *parar* e, em parte, ao SS, também.

Por esse motivo, quando negamos uma asserção e desvinculamos o TT do conteúdo lexical, o que fazemos, nesses casos, é estender o evento que é contraparte do evento desvinculado para dentro do TT da asserção, eliminando o contraste de TT entre o TT asseverado e o TT alternativo anterior quando o evento desvinculado não se dá. Portanto, como desvinculamos o evento do conteúdo lexical *parar* de TT, o que temos em TT é *fumar*, que é o evento que se dá antes do evento de *parar*, ou seja, o evento de *fumar* se estende para

dentro do TT asseverado, o que faz com que não haja contraste entre o TT asseverado, que é desvinculado do evento de *parar*, e o TT alternativo, que é vinculado ao evento de *fumar*.

No entanto, como já mencionado no capítulo anterior, quando, dentro de TT, TS é atingido, é aí que a ação está completa, mas ao negarmos uma asserção que encontra-se no perfectivo ou no perfeito, o que é negado é justamente o atingimento de TS. Dessa forma, temos uma ambiguidade quanto à vinculação de SS a TT, já que não há uma solução lexical que especifique se a desvinculação é só de TS ou de todo o conteúdo lexical. Portanto, quando desvinculamos TS, podemos ainda ter TT vinculado a SS ou podemos ter TT desvinculado de todo o conteúdo lexical, assumindo o evento que se dá no pré-tempo de SS. Em ambos os casos, no entanto, quando há a desvinculação de TS, temos TT vinculado a *fumar*, já que tanto em SS quanto em pré-tempo de SS *fumar* se dá. Isso porque, como já apontado por Klein (1994), conteúdos lexicais de 2 estados podem também ter contraste de aspecto, que é o que acontece quando temos TT _{DEPOIS DE} TSit: se afirmamos que João não parou de fumar usando o perfeito, não é incorreto afirmar que ele estava no SS, ou seja, que ele estava parando, afinal, em tal situação, João também não atingiu TS, o que corresponde ao que está sendo veiculado por (12). Da mesma forma, se proferimos que João não parou de fumar sendo que ele nunca nem entrou em SS, desde que TT encontre-se no pré-tempo de SS, ou seja, em um intervalo de tempo onde João fuma, também será condizente com o que está sendo asseverado em (12), já que o TS de *parar* não é atingido. Portanto, o que temos com a negação é a extensão do evento que é contraparte do conteúdo lexical sendo asseverado para dentro do TT asseverado, não permitindo que TS seja atingido dentro do TT asseverado e eliminando o contraste entre esse TT e o(s) TT(s) alternativos quando o evento de contraparte se dá.

Vejamos, agora, como se dá a negação desse conteúdo lexical complexo quando o enunciado encontra-se no imperfectivo:

(14) João não estava parando de fumar.

Como bem sabemos, no caso do uso do imperfectivo temos TT _{INCLUÍDO EM} TSit. Além disso, a situação ocorre antes de TU, ou seja, TT<. Como o PB seleciona SS como o estado relevante para marcar aspecto, o que temos aqui, então, é a desvinculação de TT de SS. Portanto, de acordo com o que vimos até o momento, se TT _{INCLUÍDO EM} TSit, mesmo sua afirmação não vincula TS a TT. Sendo assim, como TT é desvinculado de SS, isso significa que não há contraste de TT entre pré-tempo de SS e SS, o que faz com que o evento do pré-tempo de SS (fumar e não estar “ativo em”) se estenda para o TT asseverado. Por esse motivo, quando

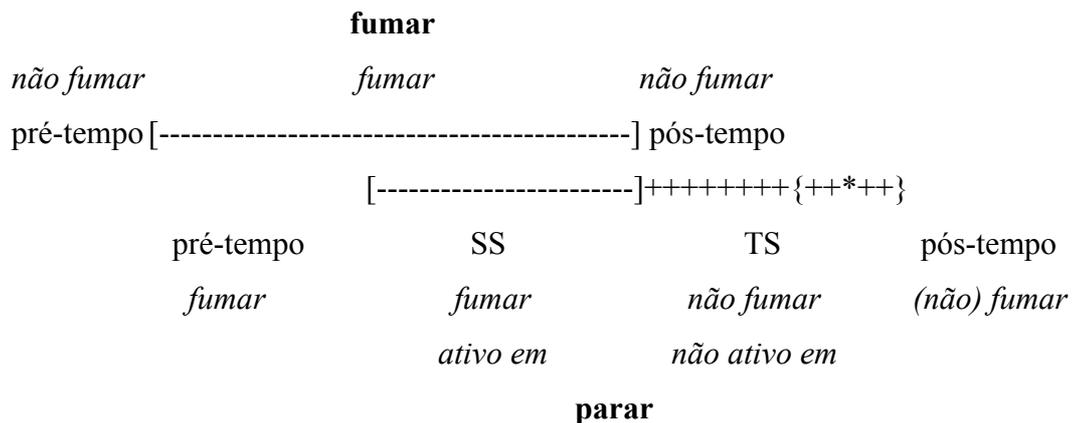
temos a negação de imperfectivo, não temos ambiguidade quanto ao evento assumido por TT. Toda essa análise, tanto do imperfectivo quanto do perfectivo e do perfeito, nos permite *pressupor* que, ainda que João não tenha *parado* de fumar, ele *fumava*, i.e. ainda que o TSit do conteúdo lexical *parar* seja desvinculado de TT, o evento que *parar* modifica ainda se dá.

No entanto, essa pressuposição é cancelável, já que poderia haver muito naturalmente a seguinte continuação para (12):

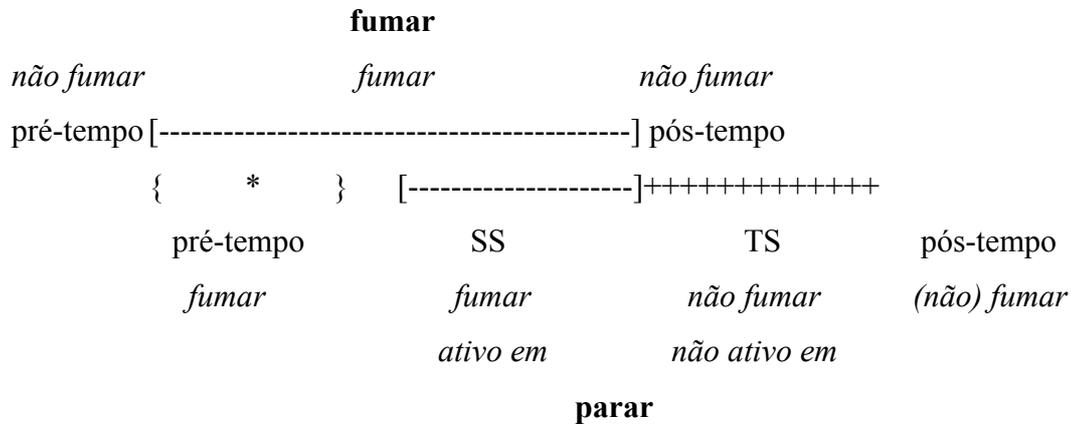
(15) João não parou de fumar porque ele não fumava.

O interessante desse caso é que, ainda que seja possível fazer tal afirmação, essa não é uma interpretação que pode ser derivada simplesmente de (12): não é possível extrair que João não fumava de João não parou de fumar. Entretanto, essa continuação não causa nenhum tipo de estranhamento ou agramaticalidade. Isso porque, na continuação, INF é vinculado a outro TT veiculado pela asserção, tornando-se FIN. A negação na segunda oração, então, desvincula esse segundo TT do TSit do conteúdo lexical *fumar*, estendendo o evento de contraparte do evento de *fumar* (“não fumar”) para TT. Vejamos o passo-a-passo dessa representação com base nos exemplos, para melhor ilustrar como se dá todo o processo:

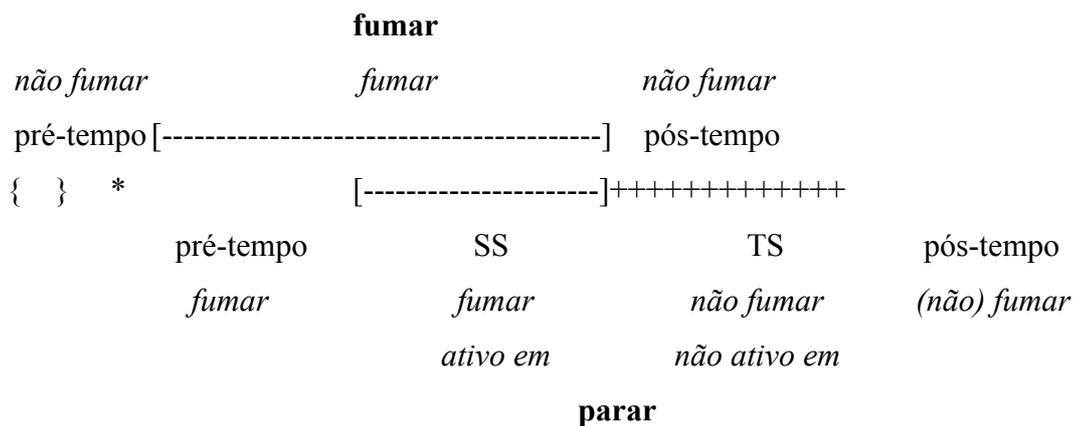
(1) João parou de fumar.



(12) João não parou de fumar.



(15) João não parou de fumar porque ele não fumava.



Como podemos ver aqui com as representações, primeiro temos a representação de (1), interpretada como perfeito, portanto TT_0 e $TT_{\text{DEPOIS DE TSit}}$. Sendo assim, temos TU dentro de TT e TT em TS. Ao negarmos essa asserção, como o aspecto da afirmação é o perfeito, a negação também será, então TT passa a assumir o evento que se dá no pré-tempo de SS ou em SS (aqui representado no pré-tempo de SS devido à intuição do falante). Por fim, quando realizamos a negação de INF na segunda oração (transformando INF em FIN), nós negamos a vinculação automática que acontece em (12) de TT com o evento do pré-tempo de SS do conteúdo lexical *parar* e vinculamos TT ao evento que se dá no pré-tempo de TSit de *fumar*, ou seja, “não fumar”. Portanto, esse tipo de continuação nos força a eliminar pelo menos dois contrastes de TT: um interno, de SS para TS de *parar*; e um externo, de TSit para pré-tempo de TSit de *fumar*. O importante é perceber que, ao relacionar todos esses conteúdos lexicais dentro de uma mesma asserção, todos estão vinculados dentro de uma mesma linha do tempo,

ocorrendo em uma ordem específica e razoavelmente linear, que pode ser acessada através do uso de TT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principal objetivo propor uma solução para um problema que vem sendo muito discutido em estudos de pressuposição: a projeção da pressuposição em enunciados negativos com verbos aspectuais. Como vimos muito brevemente no primeiro capítulo desse trabalho, alguns autores já tiveram êxito em suas propostas para solucionar o problema, mas, em sua maior parte, eles acabam tendo que apelar para soluções *ad hoc* que impedem que o problema seja discutido somente a nível conversacional. Dessa forma, uma solução conversacional que aponte como se dá a projeção ainda é necessária.

Com base no modelo de Klein (1994) para a codificação do tempo na linguagem, desenvolvemos uma reflexão ao longo do segundo capítulo em relação aos tipos de conteúdos lexicais e como eles se relacionam com a ideia de Tempo Tópico, conceito proposto por Klein (1994) para definir o intervalo de tempo sobre o qual uma asserção é feita. Vimos que o tempo é codificado pela linguagem a partir da relação do TT com o Tempo da Situação (*aspecto*) e com o Tempo de Fala (*tempo*), além de termos feito uma análise de como essas relações se dão a depender do conteúdo lexical em questão.

Após essa exposição do modelo de Klein (1994) e a análise para enunciados em PB feitas no capítulo 2, o capítulo 3 lida com a negação dos conteúdos lexicais dentro do modelo proposto pelo autor. Ainda que o autor aborde de forma muito breve a negação em seu modelo, ele nos dá o aparato necessário para aprofundar a análise, o que nos permite explicar questões não abordadas em seu livro, como a negação de conteúdos complexos. Portanto, no capítulo 3, realizamos uma discussão aprofundada da negação dentro do modelo de Klein (1994) e tentamos explicar detalhadamente como a mesma se relaciona com o conteúdo lexical e o Tempo Tópico.

Por fim, no quarto e último capítulo foi abordado o verbo aspectual *parar*. Tomando por base para a análise toda a revisão feita do modelo de Klein (1994) nos capítulos 2 e 3 e a representação semântica do verbo proposta por Bertucci (2011), conseguimos classificar e analisar o verbo dentro dos conteúdos lexicais de 2 estados e de conteúdos complexos. A partir disso, fizemos uma descrição detalhada de como esse conteúdo lexical se relaciona com outro conteúdo lexical, como se dá sua projeção e como sua junção afeta a relação com TT. Vimos que *parar* é um conteúdo lexical que estabelece a fronteira à direita de um evento expresso por um conteúdo lexical de 1 estado, tal como *fumar* e *correr*, e, por esse motivo, seu TSit (SS) é projetado dentro do TSit do outro conteúdo lexical, enquanto seu TS é

projetado no pós-tempo do TSit do outro conteúdo. Sendo assim, o uso do perfectivo/perfeito só é possível com o conteúdo lexical *parar* quando TS é atingido, o que faz com que o TSit do conteúdo lexical que está sendo modificado por *parar* seja interrompido. No entanto, vimos, também, que se TS não é atingido dentro de TT, como no caso do imperfectivo, o TSit do conteúdo lexical que é modificado por *parar* se mantém, já que o SS de *parar* é definido pelo evento que será interrompido em TS e pela característica “ativo em”, que é o que forma o contraste de TT entre o pré-tempo de SS e SS.

Por fim, ainda no capítulo 4, finalmente abordamos a questão da negação do verbo aspectual *parar* e analisamos como essa relação entre o conteúdo lexical, TT e a negação se dá. Vimos que a negação canônica se dá a partir de contraste de FIN, ou seja, a negação tem escopo sobre a vinculação do TSit do conteúdo lexical ao TT da asserção. Portanto, ao negarmos uma asserção, desvinculamos o TSit do conteúdo lexical do TT asseverado, o que faz com que o TT assumo o evento que é contraparte do evento desvinculado. Além disso, explicamos como é possível que o conteúdo pressuposto pela asserção seja cancelado, pois demonstramos que cada oração só consegue vincular um conteúdo lexical a TT. Se tivermos mais de um conteúdo lexical, teremos que ter mais de uma oração, pois cada uma vinculará um conteúdo a um TT, seja o mesmo TT, ou TTs diferentes. Dessa forma, considerando que esses conteúdos lexicais estão todos relacionados e se dão dentro de uma mesma linha do tempo, é possível apontar o que acontece com TT quando a asserção é negada.

Outra questão que acabou sendo abordada nessa dissertação está relacionada, também, ao cancelamento da projeção da pressuposição. Como vimos, Klein (1994) identifica quatro tipos de contraste que a negação pode veicular: contraste de estado, contraste de Tempo, contraste de FIN e contraste de aspecto. Entre os quatro, o contraste de FIN é o tipo de negação que corresponde ao que conhecemos como a nossa negação canônica, enquanto os outros tipos de contraste são tipos diferentes de negação metalinguística. No entanto, como vimos com a análise no capítulo 4 de uma asserção com cancelamento de projeção, a pressuposição só é acessada pela asserção quando transformamos INF em FIN. Portanto, sua negação se dá a partir da desvinculação do evento pressuposto de FIN, ou seja, contraste de FIN. Isso nos mostra que o modelo de Klein (1994) dá conta de corroborar a tese de que negação de pressuposição não é, de fato, um tipo de negação metalinguística (cf. CARSTON, 1998).

Ainda que os resultados apresentados nessa dissertação sejam animadores, ainda há muito a ser feito. Primeiro, é necessário analisar outros verbos aspectuais e outros gatilhos para testar se a explicação que demos para o *parar* também se aplica. Além disso, a análise

proposta aqui ainda é muito rudimentar, por ser dada descritivamente e se basear em diversos momentos apenas na intuição do falante. Por esse motivo, faz-se necessário tentar, futuramente, aplicar essas análises e explicações a uma representação formal, que tornará a solução mais clara e objetiva, além de encontrar explicações mais concretas para questões que não foram explicadas teoricamente. Seria interessante, ainda, realizar uma análise mais aprofundada da proposta de Goldnadel (2017), e compará-la com a proposta dessa dissertação em todos os gatilhos mencionados ao longo desse trabalho, para que seja possível ver se elas se complementam e onde uma e outra falha.

Concluindo, a proposta aqui apresentada parece resolver o problema por um viés conversacional, sem precisar apelar para qualquer tipo de solução *ad hoc*. Portanto, acreditamos que essa dissertação tenha alcançado seu objetivo principal de propor uma solução conversacional para o problema da projeção do verbo *parar* em enunciados negativos, além de proporcionar uma revisão detalhada do modelo de Klein (1994).

REFERÊNCIAS

- ABUSCH, D. Lexical Alternatives as a Source of Pragmatic Presuppositions. In: SALT XII, 2002, *SALT XII Proceedings*, Ithaca, 2002, p. 1-19.
- ABRUSÁN, M. Predicting the presuppositions of soft triggers. *Linguistics and Philosophy*, n. 34, 2011, p. 491–535.
- BERTUCCI, R. A. *Uma Análise Semântica para Verbos Aspectuais em Português Brasileiro*. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CARSTON, R. Negation, Presupposition and the Semantics/Pragmatics Distinction. *Journal of Linguistics*, v. 34, n. 2, 1998, p. 309-350.
- CHEMLA, E. Presuppositions of quantified sentences: experimental data. *Natural Language Semantics*, 17, 2009, p. 299–340.
- CHIERCHIA, G.; McCONNELL-GINET, S. *Meaning and grammar*. Massachussets: MIT, 1990, 476 p.
- FERREIRA, M. B., On The Indexicality of Portuguese Past Tenses. *Journal of Semantics*, v. 34, n. 4, 2017, p. 633–657.
- FREGE, G. On Sense and Reference. In: Zabeeh, F. et al. (eds), 1982, p. 117–140.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979. 186p.
- GEURTS, B. *Presuppositions and pronouns*. Elsevier, 1999. 252 p.
- GOLDNADEL, M. *Pressuposição Radicalmente Pragmática*. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GOLDNADEL, M. Duas soluções conversacionais para a descrição de inferências pressuposicionais em enunciados de sentenças negativas e condicionais com o gatilho *ganhar*. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96 jul./dez. 2017, p. 74-103.
- GRICE, H. P. Further notes on logic and conversation. In: _____. *Studies in the way of words*. Harvard: Harvard University Press, 1989. p. 41-57.
- HORN, L. Metalinguistic negation and pragmatic ambiguity. *Language*, V. 61, n. 1, 1985, p. 121-171.
- KARTTUNEN, L.; PETERS, S. Conventional implicature. In: OH, Choon-kyu, DINNEEN, David A. *Syntax and Semantics*. New York: Academic, 1979, V. 11, p. 1-56.
- KLEIN, W. *Time in Language*. Londres e Nova York: Routledge, 1994, 243 p.

- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. 420 p.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive meanings*. Massachusetts: MIT, 2000, 480 p.
- MATSUMOTO, Y. The conversational condition on Horn scales. *Linguistics and Philosophy*, v. 18, 1995. p. 21-60.
- OLIVEIRA, T. M. de. *Convenção ou conversação: evidências para a determinação da natureza do fenômeno pressuposicional*. 124 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- PARTEE, B. Some structural analogies between tenses and pronouns in English. *Journal of Philosophy*, 70, 1973, p. 601–09.
- ROMOLI, J. The presuppositions of soft triggers aren't presuppositions. In: N. Ashton, A. Chereches & D. Lut (eds.), *Semantic and Linguistic Theory (SALT)*, 21. New Brunswick: Rutgers University, 2011.
- ROMOLI, J. The Presuppositions of Soft Triggers are Obligatory Scalar Implicatures. *Journal of Semantics*, v. 32, p. 173–219, 2015.
- RUSSELL, B. Da denotação. In: LACEY, H. (Sel.). *Coleção Os Pensadores*, Tradução Pablo R. Mariconda, Luiz J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1905]. v. 42, p. 10-20.
- SANDT, R. van der. Presupposition projection as anaphora resolution. *Journal of Semantics*, v.9, n. (4), 1992, p. 333-377.
- SIMONS, M. On the conversational basis of some presuppositions. In: CAPONE, Alessandro; LO PIPARO, Franco; CARAPEZZA, Marco. *Perspectives on Linguistic Pragmatics*. Londres: Springer, 2013 [2001]. p. 329-348.
- SOAMES, S. How presuppositions are inherited: a solution to the projection problem. In: DAVIS, Steven. *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford, 1991 [1982], p. 428-470
- STALNAKER, R. C. Pragmatic presuppositions. In: DAVIS, Stephen (Org.). *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University, 1991 [1974], p. 471-481.
- STRAWSON, P. F. Sobre referir. In: SILVA, O.P.A.P. *Os Pensadores*. Abril: São Paulo. V.52, 1950, p. 261-280.
- VENDLER, Z. Verbs and times. *Philosophical Review*, 56, 1957, p. 143-160.